



Anais da Assembléia

Nº 71

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE JUNHO DE 1994

ANO XI

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiesel Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Calto Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** – 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL** – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** – 07: Algaci Ornário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** – 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** – 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademair Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nilton Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** – 03: Ovídio José Constantino - Emani Pucelli - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pêrides de H. Mello; **PL** – 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 55.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 1994
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Ernani Pudell, Erondy Silvério, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Júlio Bifon, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Nelson Garcia, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário, Emilia Belinati, Lourenço Fregonese, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton Servo e Renato Adur (08). Em licença o Senhor Deputado Heinz Herwig (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Deputado Alceu Swarowski registra a presença do Vereador Juvenal dos Santos; dos líderes comunitários: Salvador de Farias e Antonio Lara Crispim de Cristo, do Município de Itaperuçu.

Também registramos a presença neste Plenário e nas galerias, dos representantes da Associação de Moradores do Balneário Grajaú, Município de Paranaguá, tendo como representante o Dr. Rosaldo de Andrade.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Para registrar a presença também nesta sessão, do Vereador Altamir Constantino, da Cidade de Dois Vizinhos e nosso futuro Deputado Federal do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Importante esse registro e que tenha sucesso o irmão de Vossa Excelência.

O Deputado Zuk registra a presença de Odenir Antunes, jornalista da Cidade de Mallet.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 046/94

Curitiba, 30 de maio de 1994.

Senhor Presidente.

Em conformidade com o disposto no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o anexo anteprojeto de lei, objetivando dar nova redação ao art. 4º, da Lei nº 9788, de 29 de outubro de 1991, que trata da remuneração do pessoal docente das Autarquias de Ensino Superior do Estado, então regido pela CLT.

A medida ora encaminhada a essa augusta Assembléia Legislativa, consubstancia o resultado de estudos conjuntos realizados pelas Universidades Estaduais, embasados na legislação estadual pertinente - a referida Lei nº 9788, de 25/10/91 e a Lei nº 10.219 que, em seu art. 70, transforma os empregos dos servidores da administração direta e das autarquias em cargos públicos. Tal proposição consulta aos interesses da Administração, uma vez que justifica-se, também, pelo fato de o regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva vir sendo adotado por todas as instituições que, além do ensino, se dedicam à pesquisa e à extensão, hoje indissociáveis por expressa determinação constitucional, e assim, com a elevação de 20 para 55, do percentual da mencionada gratificação, haveria um estímulo aos pesquisadores, o que, sem qualquer sombra de dúvida, muito ajudaria o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) **MÁRIO PEREIRA**
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O art. 4º, da Lei nº 9788,

de 29 de outubro de 1991, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4º - A gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva a ser atribuída aos docentes, fica fixada em 55% (cinquenta e cinco por cento), calculada sobre o salário estipulado em tabela".

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob o nº 250/94-SP, do Sr. Juiz Gilson Langaro Dipp - Presidente do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, encaminhando cópias de inteiro teor dos autos da Ação Penal nº 93.04.38820-1 (PR), que o Ministério Público Federal move contra Donato Ramos e Ernani Pudell. É que, exercendo o denunciado Ernani Pudell, mandato de Deputado Estadual, diante das disposições constitucionais do artigo 53, parágrafo 1º, combinado com o artigo 27, parágrafo 1º, face à imunidade parlamentar (processual/formal) daí decorrente, faz-se necessária a prévia licença para que se prosiga no respectivo processamento. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob os nºs DTL/SAT/118 a 137/94, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Leis nºs:

003/93: Do Poder Executivo que, torna obrigatória a prévia inspeção sanitária e industrial, em todo o território estadual, de todos os produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.799. **Anote-se - Arquivo-se.**

112/94: Do Poder Executivo que, autoriza o Banco do Estado do Paraná S/A, a incorporar a empresa BANESTADO S/A - Crédito Imobiliário e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.800. **Anote-se - Arquivo-se.**

115/94: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. Danton Richlin da Rocha Loures, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.801. **Anote-se - Arquivo-se.**

032/94: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. David Tows, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.802. **Anote-se - Arquivo-se.**

085/94: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Borrazópolis - A.P.M.I. com sede e foro no Município de Borrazópolis, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.803. **Anote-se - Arquivo-se.**

086/94: De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pinhais - A.P.M.I., com sede em Pinhais e foro em Piraquara, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.804. **Anote-se - Arquivo-se.**

122/94: De autoria do Deputado Nelson Garcia que, declara de Utilidade Pública o Núcleo Social Batista, com sede e foro no Município de Umuarama, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.805. **Anote-se - Arquivo-se.**

118/94: De autoria da Deputada Emilia Belinati que, declara de Utilidade Pública o Centro de Assistência e Recuperação de Vidas Morada de Deus - CARVI, com sede e foro na Cidade de Londrina, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.806. **Anote-se - Arquivo-se.**

116/94: De autoria do Deputado Elío Lino Rusch que, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de São Miguel do Iguaçu, com sede e foro na Cidade e Comarca de São Miguel do Iguaçu, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.807. **Anote-se - Arquivo-se.**

103/94: De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho que, declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da Vila Moisés Lerner - AMMLER, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em lei tomou o nº 10.808. **Anote-se - Arquivo-se.**

088/93: De autoria do Deputado Luiz Carlos Martins que, declara de Utilidade Pública a Associação Batista de Ação Social - ABAS, com sede e foro no Município de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.809. **Anote-se - Arquivo-se.**

059/94: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Jardim Guarany, com sede e foro no Município de Campo Largo, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.810. **Anote-se - Arquivo-se.**

074/94: De autoria do Deputado Erondy Silvério que, declara de Utilidade Pública Estadual o PROVOPAR - Ação Social de Teixeira Soares, com sede e foro no Município de Teixeira Soares, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.811. **Anote-se - Arquivo-se.**

075/94: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, do Município de Lidianópolis - PR, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.812. **Anote-se - Arquivo-se.**

076/94: De autoria do Deputado João Iensen que, declara de Utilidade Pública a Fundação Filadélfia, com sede e foro na

Cidade de Cruzeiro do Oeste. Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.813. **Anote-se - Arquive-se.**

078/94: De autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que declara de Utilidade Pública Estadual o Movimento para Libertação de Vidas - MOLIVI, com sede e foro na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.814. **Anote-se - Arquive-se.**

081/94: De autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que declara de Utilidade Pública Estadual o Centro Espírita Santa Bárbara Iansã, com sede e foro na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.815. **Anote-se - Arquive-se.**

083/93: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, declara de Utilidade Pública Estadual a Fundação de Apoio e Valorização do Idoso, com sede e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.816. **Anote-se - Arquive-se.**

084/94: De autoria do Depuado Orlando Pessuti que, declara de Utilidade Pública Estadual, a Instituição "Alvorecer - Ação Social e Educacional", com sede e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.817. **Anote-se - Arquive-se.**

095/94: Do Poder Executivo que, dispõe que os cargos de provimento em comissão criados pelo art. 1º da Lei nº 10.704, de 10.01.94, passam, sob a mesma simbologia, a ter a denominação de Assistente de Segurança Pública, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.818. **Anote-se - Arquive-se.**

OF. Nº 107/94

Curitiba, 01 de junho de 1994.
Senhor Presidente.

Com os melhores cumprimentos, venho a Vossa Excelência, no sentido de comunicar a minha ausência na sessão do dia 06 de junho do corrente, em virtude da entrega do prêmio Os Melhores do Ano, na Cidade de Marechal Cândido Rondon.

Na oportunidade, reitero meus protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) ÉLIO RUSCH

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1399

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 197/94, de minha autoria, que autoriza o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado à Prefeitura Municipal de São João do Triunfo.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 1408

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Resolução que cria Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar irregularidades na APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, proposição que tramita neste Poder desde 09.12.93. Que o Plenário delibere.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) MÁRIO BEZERRA

JUSTIFICATIVA:

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, têm sido largamente denunciada por graves irregularidades, tanto por parte de Parlamentares, quanto da imprensa, justificando plenamente a agilização da CPI proposta.

REQUERIMENTO Nº 1426

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 201/94, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 046/94, que objetiva dar nova redação ao art. 4º, da Lei nº 9.788, de 29/10/91, que trata da remuneração do pessoal docente das Autarquias de Ensino Superior do Estado, então regido pela CLT.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO Nº 1409

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER inclusão na Ordem do Dia da próxima 2ª feira, 13.06.94, do Projeto de Resolução que cria a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar irregularidades na APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. Que o Plenário delibere.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) MÁRIO BEZERRA

JUSTIFICATIVA:

O referido Projeto de Resolução encontra-se paralizado, injustificadamente, na CCJ e Liderança do Governo, desde 15.12.93, extrapolando todos os prazos regimentais deste Poder.

REQUERIMENTO Nº 1412

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, votação em bloco para as Proposições de Veto nºs 034/94, aposto ao Projeto de Lei nº 641/93; 040/94, aposto ao Projeto de Lei nº 039/94; 041/94, aposto ao

Projeto de Lei nº 708/93, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão, itens 1, 2 e 3.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 1433

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 114/94, Mens. nº 037/94, de autoria do Poder Executivo, da Ordem do Dia de hoje por 03 (três) Sessões.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 1379

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após sessão, a liberação do Plenário desta Casa, para realização da solenidade de entrega de Título de Cidadania Honorária do Paraná ao Senhor Jorge Schweizer, aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo Governador sob nº de Lei nº 10.564. Informamos que a solenidade deverá ser realizada no dia 04/08/94.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

REQUERIMENTO Nº 1405

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Alberto Raikoski, ocorrido dia 29 de maio, em Ponta Grossa.

Pessoa amiga, de grande estima, que com certeza deixará amigos e parentes enlutados.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência, à família enlutada, à Rua Ricardo Wagner, 460 - Bairro Olarias, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1406

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Juvelino Ferreira Camargo, ocorrido dia 30 de maio, em Ponta Grossa.

Pessoa de grande estima, que com seu óbito deixará amigos e parentes com saudades e enlutados.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência, à família enlutada, à Rua Nelson Marcondes da Cunha, 443 - Vi-

la Dalcol, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1429

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de pesar pelos falecimentos dos Senhores Luiz Carlos Romão, João Aroldo Carneiro e Sérgio Roberto Salinas, ocorrido no dia 04 de junho de 1994, no Município de Porto Rico, neste Estado.

E ainda, solicita que dos mesmo sejam dadas ciências às famílias enlutadas.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1430

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de voto de pesar, aos familiares dos Senhores: Sérgio Alberto Salinas, João Haroldo Carneiro e Luiz Carlos Oliveira Romão.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Sérgio Alberto Salinas, Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Porto Rico/PR; o Senhor João Haroldo Carneiro, Vereador do Município de Porto Rico, e o Senhor Luiz Carlos Oliveira Romão, Secretário Municipal de Esportes e irmão do atual Prefeito de Porto Rico, Senhor Valter Oliveira Romão, foram pessoas atuantes nas atividades comunitárias e pelo trabalho desenvolvido, tornaram-se respeitados e admirados pelos moradores daquele município.

REQUERIMENTO Nº 1423

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente contendo votos de pesar a Senhora Rose Scaliante Romão, esposa, e ao Senhor Walter Romão de Oliveira, irmão e Prefeito de Porto Rico, pelo falecimento do Senhor Luiz Carlos de Oliveira Romão, ocorrido no dia 04 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Luiz Carlos de Oliveira Romão, falecido no último dia 04 do corrente mês, aos 33 anos de idade, era filho do ex-Prefeito da Cidade de Porto Rico, Walter Romão.

Ocupava o cargo de Secretário Municipal de Esportes, onde desenvolvia ativida-

de muito dinâmica. Era uma pessoa benquistada, não somente em sua cidade, mas em todo o extremo noroeste paranaense. Casado, deixa viúva a Senhora Rose Elaine Scaliante Romão, residente na Rua João Carraro, 557, na Cidade de Porto Rico.

Consternados com a morte trágica em acidente automobilístico na BR-376, proximidades de Paranavaí, queremos registrar nossos votos de pesar pelo falecimento do amigo, extensivo a todos os seus familiares.

REQUERIMENTO N° 1424

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente contendo votos de pesar a Senhora Maria Alice de Jesus, mãe, pelo falecimento do seu filho, Senhor João Haroldo Carneiro, ocorrido no dia 04 do corrente mês, em acidente automobilístico na BR-376, proximidades de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

O Senhor João Haroldo Carneiro, falecido aos 23 anos de idade, era Vereador na Câmara Municipal de Porto Rico. Era uma pessoa admirada e benquista em seu município, onde era comerciante. Sua mãe Maria Alice de Jesus reside à Avenida Celso Romão de Oliveira, s/n, na Cidade de Porto Rico.

Consternados com a morte trágica em acidente automobilístico ocorrido na BR-376, proximidades de Paranavaí, queremos registrar nossos votos de pesar pelo falecimento do ilustre Vereador, extensivo a todos os seus familiares.

REQUERIMENTO N° 1425

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente contendo votos de pesar à Senhora Luzia Teixeira Salinas, esposa, pelo falecimento do Senhor Sérgio Roberto Salinas, ocorrido no dia 04 do corrente mês em acidente automobilístico, na BR-376, proximidades de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Sérgio Roberto Salinas, aos 43 anos de idade, ocupava o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Porto Rico, tendo sido eleito Vereador pela terceira vez.

Casado, deixa viúva a Senhora Luzia Teixeira Salinas e dois filhos órfãos. A viúva reside na Rua João Carraro, 557, na Cidade de Porto Rico.

Consternados com a morte trágica em acidente automobilístico ocorrido na BR-376, proximidades de Paranavaí, queremos manifestar nossos votos de pesar pelo falecimento do ilustre Presidente da Câmara, extensivo a todos os seus familiares.

REQUERIMENTO N° 1386

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro em Ata dos trabalhos desta Sessão, de voto de congratulações e muito aplauso ao casal Ísis e Mário Semokovski, que completaram 49 anos de feliz união conjugal, comemorando as Bodas de Safira e renovando assim seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram 49 anos de respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam, ao longo destes anos, cultivar o amor no casamento; sempre estiveram juntos, mantendo acesa a chama do amor, a qual vem sendo mantida em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal Ísis e Mário Semokovski, na comemoração dos 49 anos de uma união bem estruturada e que serve de exemplo para todos nós.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1387

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro em Ata dos trabalhos desta Sessão, de voto de congratulação e muito aplauso ao casal Irena e Bortolo João Zancan, que completaram 54 anos de feliz união conjugal, comemorando as Bodas de Ouro e renovando assim seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram 54 anos de respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam, ao longo destes anos, cultivar o amor no casamento; sempre estiveram juntos, mantendo acesa a chama do amor, a qual vem sendo mantida em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal Irena e Bortolo João Zancan, na comemoração dos 54 anos de uma união bem estruturada e que serve de exemplo para to-

dos nós.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1388

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja inserido nos Anais desta Casa, voto de congratulação ao Senhor Ney Aminthas de Barros Braga, ex-Ministro, ex-Governador, e um Estadista comprovado, pela indicação do seu nome para o recebimento do Título de "Personalidade AECIC-93", num oferecimento da Associação das Empresas da Cidade de Curitiba, pelos trabalhos desenvolvidos pelo ilustre homenageado em favor do desenvolvimento da Capital.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O prêmio "Personalidade AECIC" todos os anos, é oferecido pela Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba, para um homem que se destaca pela sua atuação em favor do desenvolvimento da Capital e do Estado. Esta é a vez do ex-Governador receber o prêmio, que diga-se de passagem, foi merecido pelo muito que o cidadão Ney Braga tem feito pela sua terra.

REQUERIMENTO N° 1389

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem REQUERER, após ouvido o Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, voto de congratulação pela passagem, no último dia 2, dos 47 anos de criação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, desejando almejar, através de seu Presidente Conselheiro Nestor Baptista e a todos os Senhores Conselheiros, sucesso absoluto no desenvolvimento dos trabalhos desse conceituado órgão.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, comemorou nesta última quarta-feira, dia 02.06.94, 47 anos de sua organização, o que ocorreu em 1947, por iniciativa do Governador Moisés Lupion, de saudosa memória.

O seu atual Presidente, Nestor Baptista, dirige hoje uma composição de mais de vinte unidades administrativas, entre diretorias, inspetorias e coordenadorias, sendo inclusive criada recentemente uma Coordenadoria de Assuntos Internacionais, pois o TC foi credenciado pelo Banco Mundial para a fiscalização dos recursos transferidos por aquele órgão ao Estado do

Paraná.

REQUERIMENTO N° 1390

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, vem REQUERER, após ouvido o Plenário, seja registrado voto de congratulação, ao Senhor Lourival Pedro Caled, pela posse como novo Presidente da Confederação Maçônica do Brasil, em substituição ao Senhor Antonio do Carmo Ferreira, do Estado de Pernambuco.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Na presença de mais de 400 delegados de 19 Estados brasileiros, o Senhor Lourival Pedro Caled, assumiu no final desta semana passada, a Presidência da Confederação Maçônica do Brasil, para dar prosseguimento ao trabalho que a Maçonaria vem desenvolvendo para acabar com as drogas, um propósito que o novo dirigente afirmou estar decidido em levar adiante, como meio de salvaguardar a família brasileira.

REQUERIMENTO N° 1391

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, vem REQUERER, após ouvido o Plenário, seja registrado voto de congratulação ao jornalista Dino Almeida, que merecidamente receberá no próximo dia 16 deste mês de junho, o prêmio "Girassol de Ouro", por ter sido apontado como jornalista líder de eventos no Paraná.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O jornalista Dino de Almeida, tem sido constantemente premiado, pelos destacados serviços prestados ao Estado do Paraná, em todos os setores onde atua. Desta feita, pelo seu desempenho no campo do turismo; pelo seu apoio, pela cobertura que tem dispensado na área do turismo do Paraná, o conhecido jornalista receberá no próximo dia 16 do corrente, o prêmio "Girassol de Ouro", o que demonstra o seu destaque como um "líder do setor de eventos do nosso Estado".

Por esta razão, em nome do Poder Legislativo, juntamos as nossas homenagens a mais esta recebida pelo brilhante colonista.

REQUERIMENTO N° 1392

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, vem REQUERER, após ouvido o Plenário, seja enviado votos de congratulações ao TRE - Tribunal Regional Eleitoral, pela passagem dos seus 49 anos de fundação.

Requer ainda, sejam cumprimentados, na pessoa do seu Presidente, Oto Sponholz,

todos os Senhores Desembargadores que compõem aquela Côrte especializada da Justiça.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Neste dia 07.06.94, o Tribunal Regional Eleitoral - TRE, completa 49 anos de existência. Durante estes anos, 37 Senhores Desembargadores presidiram esta Côrte, todos com um desempenho dos mais destacados.

Hoje, o TRE é presidido pelo Doutor Oto Sponholz, homem sério, dedicado à causa da justiça; por isso, por seu intermédio, o Poder Legislativo vem cumprimentar a todos os brilhantes Juizes que fazem parte do egrégio Tribunal Regional Eleitoral.

REQUERIMENTO N° 1393

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção de voto de congratulação ao Sindicato da Indústria da Construção Civil do Paraná - SINDUSCON, pela passagem de seus 50 anos de fundação, representado a laboriosa classe empresarial do setor da construção civil.

Requer ainda, seja cumprimentado o Presidente do SINDUSCON, arquiteto José Luiz Schuchowski, pelo trabalho que vem desenvolvendo à frente da entidade que representa as empresas do setor.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 1944, o SINDUSCON, teve como seu primeiro Presidente, o engenheiro José Bittencourt de Paula.

O Sindicato da Indústria da Construção Civil do Paraná representa uma sólida estrutura, montada para apoiar e fortalecer o setor da construção civil.

As festividades comemorativas do Cinquentenário do SINDUSCON irão até a próxima sexta-feira, culminando com o jantar-dançante no Salão Azul do Clube Curitiba-Paraná.

REQUERIMENTO N° 1401

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário desta Casa, REQUER o envio de votos de congratulações pelo 127° aniversário do Município de Tomazina, que ocorreu no dia 02 próximo passado.

Requer ainda, que após aprovação do presente, seja dada ciência ao Prefeito, vice-Prefeito e à Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 1402

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção em Ata de votos de congratulações pela realização da 1.^a EXPONCAN e 29.^a Festa da Laranja, no Município de Cerro Azul, a ser realizado no próximo dia 12.

Requer ainda, que da decisão da Casa, se dê ciência ao Sr. Nivaldo de Moura e Costa, DD. Prefeito do Município de Cerro Azul, à Rua Barão de Cerro Azul, 63 - Cerro Azul - 83.570-000.

Sala das Sessões, em 07.06.94

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1403

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Tribunal Regional Eleitoral (T.R.E.) do Paraná pela passagem do seu 49° aniversário de fundação.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Desembargador Oto Sponholz, Presidente daquele Tribunal, para que receba e transmita a todos os demais diretores e colaboradores, o reconhecimento do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.06.94

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Criado em 07 de junho de 1945, o Tribunal Regional Eleitoral - T.R.E. do Paraná, comemora hoje, 49 anos de existência. Voto de congratulações e aplausos do Poder Legislativo do Estado do Paraná se impõe, prestigiando aquele colendo Tribunal, desde seu primeiro Presidente, o Desembargador Clotário de Macedo Portugal, passando por Leonel Pessoa da Cruz Marques, Antônio Leopoldo dos Santos, Manoel Lacerda Pinto, Cid Campelo, Francisco Cunha Pereira, Eduardo Xavier da Veiga, Antônio Franco Ferreira da Costa, Segismundo Gradowski, Lauro Fabrício de Melo Pinto, Francisco de Paula Xavier Filho, Isidoro João Brzezinski, Jairo Campos, Henrique Nogueira Dorfmond, Alberto de Carvalho Seixas, Alcino de Carvalho e Souza, Vatel Gonçalves Pereira, Júlio Ribeiro de Campos, Arthur Heráclio Gomes Filho, Ossian França, Zeferrino Mozzato Krukowski, Heliantho Guimarães Camargo, Ronald Accioly Rodrigues da Costa, Alceu Conceição Machado, Jorge Andriquetto, Mário Lopes dos Santos, Cláudio

Nunes do Nascimento, Szczepan Maximiliano Stasiak, Clementino Schiavon Puppi, José Lemos Filho, Eros Nascimento Gradowski, Lauro Lima Lopes, Frederico Mattos Guedes, Nêgi Calixto, Leandro de Freitas Oliveira, Sidney Dittrich Zappa e Adolpho Krüger Pereira, até o atual Presidente Desembargador Oto Sponholz.

A classe política não pode perder perspectiva de que a Corte Eleitoral do Estado deve ser voltada para a causa da população, sem fugir da rigorosa aplicação da Lei.

Devemos assinalar que a passagem do 49º aniversário do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná é motivo de orgulho para todos os paranaenses pelo que representa, inclusive na esfera nacional, principalmente como modelo de visão administrativa.

O Judiciário do Paraná tem se constituído em modelar instituição para outras unidades da Federação, o que é motivo de satisfação para todos nós.

Nesse contexto destaca-se o Tribunal Regional Eleitoral ao qual temos o dever de enaltecer o trabalho desenvolvido ao longo dos anos, numa atuação que tem o T.R.E. no melhor conceito perante a sociedade brasileira, realçando o valor e a capacidade de seus integrantes e orgulhando a todos os nossos concidadãos.

Pelo desempenho que vem apresentando ao longo de 49 anos, o Tribunal Regional Eleitoral, contribui não só para a aplicação de justiça, mas principalmente fazendo-a com a agilidade que a sociedade espera.

É portanto, motivo de contentamento para esta Casa, associar-se às congratulações que são merecidamente manifestadas ao Exmo. Sr. Desembargador Oto Sponholz bem como a todos os componentes da nossa justiça eleitoral.

REQUERIMENTO N° 1407

Senhor Presidente.

Ao comemorar-se o 49º aniversário de instalação de nosso colendo Tribunal Regional Eleitoral, no dia de hoje, gostaríamos de externar, aos doutos Presidente, vice-Presidente, Corregedor Geral, Procurador Geral, Juízes que compõem esse egrégio Órgão 2º Grau Eleitoral, bem como Diretores e imprescindíveis auxiliares, os nossos mais sinceros votos de congratulações.

Nosso Tribunal tem se destacado, graças ao elevado grau de conhecimento, profundidade de suas decisões e à cultura peculiar de seus componentes, demonstrado na sapiência dos acórdãos proferidos.

Sem mais para o momento, renovamos os protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 07.06.94

(a) SEVERINO FÉLIX

REQUERIMENTO N° 1414

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações ao Paraná Clube do Brasil, pela conquista do bicampeonato paranaense de futebol.

Sala das Sessões, em 07.06.94

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

No último domingo, 05 de junho, com uma rodada de antecipação, após vitória sobre o Londrina, o Paraná Clube conquistou o bicampeonato paranaense de futebol.

Pela segunda vez, o Paraná realiza uma belíssima campanha durante o certame e, graças a excelente preparação e talento dos seus atletas, aliados ao trabalho do técnico Rubens Minelli, conquista o título de campeão paranaense.

É um feito elogiável para uma agremiação que nasceu há menos de 05 anos, resultado da fusão entre o Pinheiros e o Colorado, enfrentando times paranaenses tradicionais e já consagrados.

Através do presente requerimento, queremos cumprimentar o presidente do Paraná Clube, o técnico daquele time, cada um dos seus atletas e todos os demais que, anonimamente, emprestaram seus esforços para a conquista do título pelo tricolor de Vila Capanema.

REQUERIMENTO N° 1415

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações pelos 48 anos da República da Itália.

Que do teor do presente dê-se ciência aos Exmos. Srs. Cônsul Geral da Itália em Curitiba, Carlo Gian Molinari, e Embaixador da Itália no Brasil, Oliviero Rossi.

Sala das Sessões, em 07.06.94

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

No momento em que se comemora o 48º aniversário da República da Itália, vimos mais uma vez, nesta Casa, manifestar nossa inteira admiração diante da história desse povo.

Itália admirável, do berço romano, da cultura clássica, do Humanismo e da Renascença.

Veio a Itália para a América. Empres- tou Américo Vespúcio, navegador italiano, seu nome ao novo continente. O novo mundo partiu-se entre muitas gentes, mas em cada estado formado, bate forte o coração ita-

liano.

Na América do Norte, ao Sul e ao Centro, a Itália chegou, nos movimentos do tempo, pelos ombros de homens e mulheres, de corações generosos e braços diligentes.

Vieram para cá e o Brasil deve páginas de história ao povo da Itália.

Já disse o Professor Faris Michael: "se há alguém com direito à América, pacificamente falando, esse alguém é o italiano".

Piloto ou comandante de embarcação, explorador ousado da terra firme, fundador de feitorias e povoações de seguro desenvolvimento, esse é o homem italiano, de fé, coragem e determinação, que começou a chegar ao Paraná por volta de 1882. Nossa história mistura letras de tantas origens diversas, mas não é difícil ler - claramente - o que se assentou em italiano.

A Itália nos fez generosos presentes: a sua cultura, as suas instituições, o Humanismo, homens e mulheres valorosos. Da Itália tiramos pedras sólidas que estamentaram um Brasil grande e um Paraná próspero.

Reverenciamos Itália, dedicando-lhe nosso profundo respeito, reconhecimento sincero e rogando para que, a cada dia, sejam mais vivos os versos de Goffredo Mameli: "nos una uma só bandeira. Uma só esperança: de nos fundir juntos. A hora chegou."

Em chão brasileiro, vive a Itália livremente. Da criança agitada, batendo suas tamancas pelas calçadas, à "nona" que vislumbra o mundo pela janela, o coração que se entrega pelo Brasil é o mesmo que se emociona pela Itália.

REQUERIMENTO N° 1416

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações ao Grupo pela Vida, pela comemoração dos seus quatro anos de fundação no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.06.94

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Reforçar uma campanha continuada de suas atividades é o principal desafio do Grupo pela Vida, maior entidade brasileira de apoio aos portadores do vírus da AIDS. O "Pela Vida" está comemorando quatro anos de fundação no Estado do Paraná com a certeza de haver alcançado importantes vitórias na sensibilização dos familiares e amigos no apoio aos soropositivos.

Reconhecendo na desinformação da sociedade, incluindo a própria classe médica, o maior desafio do seu trabalho, o

"Pela Vida" tem desenvolvido ações para apoiar desde psicológica e clinicamente os pacientes até para prestar-lhes assessoria jurídica, nos casos de discriminação e outras violações.

Pela grande relevância desse serviço voluntário do "Pela Vida", queremos registrar o seu trabalho, nesta Casa, penhorando nosso integral apoio e manifestando louvor ao extraordinário trabalho em prol dos portadores do vírus da AIDS.

REQUERIMENTO N° 1417

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações à Banda Lyra de Curitiba, pela comemoração do seu 12° aniversário.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Maestro André Libânio da Silva, ao Diretor-Presidente da Fundação Cultural de Curitiba e ao Prefeito Rafael Greca de Macedo.

Sala das Sessões, em 07.06.94

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Criada em 1982, a Banda Lyra de Curitiba, composta por 32 músicos todos de excelente formação e muito talentosos, leva sempre grande brilho às solenidades e festividades da Capital.

Difícilmente um curitibano que tenha comparecido a um destes eventos não tenha também se encantado com o vasto repertório e as impecáveis execuções da Banda Lyra.

Por suas atividades, coordenadas pelo Maestro André Libânio da Silva, que levam música e alegria por toda a nossa Curitiba, queremos registrar na Assembléia o 12° aniversário da Banda Lyra, enviando os sinceros cumprimentos do Poder Legislativo do Estado a todos os seus integrantes.

REQUERIMENTO N° 1427

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER a inserção na Ata da Sessão de hoje de um voto de Congratulações para o Sr. José Olímpio de Paula Xavier, Diretor-Presidente do Grupo Xavier, pela inauguração, em data de ontem (06.06), do 1° Shopping Center de Ponta Grossa - Mitai Shopping Center.

O empreendimento possui em torno de cinquenta lojas, e vai contribuir decisivamente para o crescimento econômico da região, dando novo impulso à atividade logística da cidade, inclusive, atraindo consumidores de toda a região dos Campos Gerais.

Sala das Sessões, em 07.06.94

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 1404

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Dr. Roberto Lobo Blasis - Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que interceda junto ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, com vistas à instalação de semáforos na Rodovia BR-376, cruzamento com a Avenida Londrina, no Município de Sarandi.

Requer ainda, que da decisão do Plenário se dê ciência ao Vereador Oswaldo Luiz Alves - Câmara Municipal de Sarandi - Av. Londrina, 964 - CEP 86985-000 e, ao Engenheiro Chefe do 9° Distrito Rodoviário do DNER, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Entende o Vereador Oswaldo Luiz Alves, se tratar de assunto de vital importância que as autoridades estaduais e federais, atendam a presente solicitação que certamente contribuirá de modo especial à Comunidade de Sarandi;

- Considerando já ter sido encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado pela Câmara do Município de Sarandi, de n° 058/94 de 17/03/94, protocolado sob o n° 1756/275.;

- Considerando que o fluxo de veículos na Rodovia BR-376 é intenso, principalmente no trecho entre os municípios de Marialva e Maringá, que passa por Sarandi;

- Considerando que os redutores de velocidade instalados no local, não estão sendo suficientes para conter e ordenar o trânsito;

- Considerando que nos horários de maior fluxo de veículos (final do dia), o trânsito fica completamente congestionado, ocasionando ocorrências de acidentes, fato já comprovado por estatística levantada;

- Considerando que a segurança nas rodovias é dever do Estado e um direito subjetivo de seus usuários, porque são costumemente carregados de impostos e taxas;

- Considerando ser desnecessário acrescer a presente propositura de argumentos, uma vez que, a própria Secretaria dos Transportes do DNER já conhece a situação da rodovia na localidade indicada.

Neste sentido, espera-se por parte dos Órgãos Governamentais o pronto atendimento dessa reivindicação, contribuindo para a eliminação do problema.

REQUERIMENTO N° 1385

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido feito pela Senhora Iraci dos Santos Carvalho, residente à Rua Brasília Cuman, 1023 - Conjunto Fernão Dias, no bairro do São Braz, quanto a implantação de rede de esgoto naquela rua. O pedido está sendo feito devido nas outras ruas do conjunto existir a rede de esgotos e na rua citada não existir. Afirma a requerente que no seu terreno há um poço morto, porém o mesmo encontra-se cheio de dejetos de esgoto e que não há local adequado para o escoamento do mesmo. Pede urgência no atendimento, devido a situação encontrar-se crítica.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1394

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado, Diretor-Presidente da FUNDEPAR e Secretário de Estado da Educação, solicitando a conjugação de esforços para a liberação de um Laboratório de Ciências e Biologia para o Colégio Estadual Professora Ivone Soares Castanharo - Ensino de 1° e 2° Graus, da localidade de Jardim Tropical, Município de Campo Mourão.

Solicita ainda, que da decisão da Mesa, seja informado o Senhor Daniel Leonardo Camaro, à Rua Sanhaço, 829 - Jardim Tropical - Campo Mourão/PR - CEP 87300-000.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O presente pleito nasceu da solicitação formulada pela Associação Jovem Comunitária Jardim Tropical, de Campo Mourão. Essa Associação recém-formada, composta por jovens dinâmicos e atuantes, está empenhada em proporcionar o bem-estar e o desenvolvimento da comunidade que representam. Já deram início à formação de horta comunitária, estão implantando uma granja e uma fábrica de roupas, o que certamente concorrerá de maneira significativa para a queda do índice de desempregos e atenderá às famílias mais carentes; é louvável a iniciativa destes jovens que se preocupam com a melhoria das condições de vida da sua comunidade, e dedicam-se a levantar as principais necessidades no campo educacional.

Pelo exposto, conclamo a aprovação dos nobres Pares e a posterior deliberação ao nosso pedido.

REQUERIMENTO N° 1395

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes aos Excelentíssimo Senhor Doutor Murilo Hingel, Digníssimo Ministro da Educação e Desporto, e ao Ilustríssimo Senhor Professor Ataíde Moacyr Ferrazza, Diretor do CEFET-PR, reiterando a solicitação para a instalação de UNEDS - Unidade de Ensino Descentralizada do CEFET-PR, no Município de Paranaguá, para atendimento de toda a Região do Litoral.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

"A fim de obter maior economia, racionalização e aproveitamento dos recursos, o CEFET-PR, assumiu o compromisso de responsabilizar-se pelos projetos e administração das obras das novas instituições. Instaladas em regiões de pleno desenvolvimento do Estado - Medianeira, no Oeste; Cornélio Procopio, no Norte; Pato Branco, no Sudoeste e Ponta Grossa, no 2° Planalto - as novas "UNEDs" constituem marcos importantes no desenvolvimento estadual". Parte do trecho dos prospectos elaborados pela produção gráfica da Divisão de Recursos Didáticos do CEFET-PR".

O fato demonstra perfeitamente, que a região do litoral paranaense, composta das cidades de: Paranaguá (sede da microrregião), Guaratuba, Antonina, Matinhos, Morretes, e ainda Guaraqueçaba, tem condições de receber esse benefício do Governo Federal, através do Ministério de Educação e Desporto, com a anuência do CEFET-PR.

A cada ano que passa, aumentam as expectativas das famílias carentes com relação aos cursos profissionalizantes em Paranaguá, e as enormes dificuldades para que os jovens possam continuar seus estudos nessa área.

Quando as pessoas enviam seus filhos à Capital, consecutivamente aumentam suas despesas com os orçamentos domésticos, mesmo aqueles que podem, se aborrecem em função dos altos custos dos materiais escolares, onde os preços são os mais variados e desconhecidos possíveis. Por outro lado, a própria estrutura de crescimento da cidade, exige os aperfeiçoamentos técnicos para instalações de indústrias ligadas às estruturas pesadas. Paranaguá tem um estabelecimento de ensino superior, cujos cursos também estão superados, pela falta de mercado de trabalho.

O momento exige que a Prefeitura demonstre um interesse também estabelecendo

Curitiba, terça, em 07.06.94

um contato com a Direção do CEFET, e ofereça a doação de uma área de terra, a exemplo dos municípios do Paraná que obtiveram esse benefício.

Temos absoluta certeza, que diante do fato concreto, de Paranaguá representar a sede da microrregião, aliado ao fato de ter na cidade, um dos maiores Terminais Portuários do País, com a necessidade de ampliar com a mão-de-obra técnica à sua retaguarda, o CEFET não deixará de forma alguma de proceder estudos urgentes para a implantação de uma UNED - Unidade de Ensino Descentralizada do CEFET-PR, no Município de Paranaguá-PR.

Os argumentos seriam muitos, para mostrarmos a validade desse benefício à região, e por essa razão, solicitamos o envio de 02 (dois) expedientes; o primeiro é para o Excelentíssimo Doutor Murilo Hingel, Digníssimo Ministro da Educação, autorizando o CEFET-PR, a realizar a implantação no Município de Paranaguá de uma Unidade de Ensino Descentralizada - UNED; o segundo é para o Ilustríssimo Professor Ataíde Moacyr Ferrazza, Mui Digno Diretor do CEFET-PR, à Avenida Sete de Setembro, 3165 - Centro - CEP 80230-901, nesta Capital, também solicitando que coloque em seus projetos de expansão do CEFET-PR, a criação de uma Unidade de Ensino Descentralizada, no Município de Paranaguá, com a finalidade de atendimentos à região do litoral paranaense.

REQUERIMENTO N° 1396

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor José Carlos Tibúrcio, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a liberação de sementes aos pequenos agricultores do Município de Rebouças.

A presente solicitação, visa fornecer maiores condições de plantio aos pequenos agricultores, que encontram dificuldades para a aquisição de sementes.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1397

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor José Carlos Tibúrcio, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a liberação de recursos financeiros para a implantação de um Centro de Produção Animal, no município de Farol.

A presente solicitação, visa diversificar e incrementar a economia do município, que se encontra em plena fase de expansão.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1398

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. José Carlos Tibúrcio, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura, no sentido de que seja viabilizado a instalação de um terminal de calcário, no Município de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado o Prefeito Municipal, Antonio Romero Filho, o Vereador Vilson Ferraz, na Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado prevê a instalação de 41 terminais de distribuição de calcário, no Estado do Paraná, e obviamente não podíamos deixar Umuarama de lado, visto as características da região, as necessidades e a importância do município como pólo de uma vasta região, onde a terra requer bastante o uso deste importante complemento de fortalecimento do solo.

A localização do Município de Umuarama, habilita-o a receber este importante investimento do Governo do Estado, sendo que cerca de vinte a vinte e cinco municípios poderão se beneficiar deste terminal.

REQUERIMENTO N° 1418

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Paranaguá, no sentido de que sejam executados reparos nas ruas do Balneário Pontal do Sul. O pedido está sendo feito pelos moradores da Rua do Linguado, os quais afirmam que as ruas daquele balneário estão todas cheias de buracos e que o mesmo encontra-se completamente abandonado. Pedem que o presente pedido seja atendido uma vez que muitas pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1419

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomuni-

cações do Paraná S/A - TELEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rodovia dos Minérios, quanto a instalação de um aparelho telefônico público, em frente a Empresa Calcoagro, que localiza-se no Km 14 daquela rodovia, no Município de Almirante Tamandaré. Pedem que o seu pedido seja atendido pois muitas pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1420

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua Estremosas, localizada no bairro Jardim Boa Vista I, em Almirante Tamandaré, quanto a intensificação de policiamento nessa região. Afirmam os moradores do local que sempre ocorrem problemas que exigem a presença dos policiais, porém por se tratar do Município de Almirante Tamandaré, quando solicitados, os mesmos não podem atender devido não ser a ocorrência no Município de Curitiba, alegando que não há viaturas para o deslocamento. A situação é crítica e deve ser encontrada uma forma de destacar alguns policiais para aquela região.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1421

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de resolver o problema que vem ocorrendo com os moradores da Rua do Linguado, localizada no Balneário Pontal do Sul, os quais afirmam que pagam a taxa de consumo de energia elétrica, porém há cinco anos que não dispõem de tal serviço de utilidade pública. Pedem os moradores que o problema seja resolvido o mais breve possível devido não ser justa a cobrança de um benefício que não existe.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1422

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Olympio de Sá Sotto

Maior Neto, Procurador Geral da Justiça e ao Excelentíssimo Senhor Joacir Gonçalves, Prefeito do Município de Lapa, no Estado do Paraná, solicitando providências sobre a distribuição de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde no Município da Lapa, que se encontra irregular e inconstitucional, exigindo da população uma "carteirinha de carente".

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) DOUTOR ROSINHA
OVIDIO CONSTANTINO
ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal em seu artigo 196 diz: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

Na Lei Orgânica da Saúde, nº 8080 de 19.09.90, no capítulo II dos Princípios e Diretrizes, no item IV diz: "igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie."

O gestor público deve respeitar e executar as leis estabelecidas, seja na Constituição e nas leis posteriores que regulamentam o Sistema Único de Saúde, mas estamos presenciando o contrário.

Representantes do Conselho Municipal de Saúde da Lapa denunciaram a forma em que a Prefeitura deste município está distribuindo medicamentos. Os usuários são submetidos a cadastro para comprovarem "nível de pobreza" e assim recebem "carteirinha de carente", que "lhes dá direito" a serem atendidos com medicação.

Além disso, ocorrem casos em que o usuário, mesmo sem o cadastro e sem a referida carteirinha de carente procura vereadores "da situação" e é atendida, comprovando assim o cunho politiquês dessas ações.

Há denúncia ainda, no Município de Catagalo que estão exigindo título de eleitor para ser atendido.

Temos conhecimento que estas práticas são inconstitucionais e imorais. A população já não tem as mínimas condições de uma vida digna, e tem que passar por um cadastramento, atestando que é pobre, se humilhando, para receber o medicamento.

Essa prática é pública, há um cartaz no Posto de Saúde, na Farmácia, onde diz que só receberá o medicamento se tiver a "carteira de carente".

É preciso urgentemente acabar com essa forma de prestar atendimento à saúde, pois a população paga impostos e tem o direito de receber uma assistência digna à saúde.

REQUERIMENTO Nº 1384

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em ata da presente sessão votos de congratulações e regozijo pela passagem do 33º Aniversário de Emancipação Política e Administrativa do Município de Ivaí, dia 10 de junho do corrente, manifestações essas que atribui à pessoa do Excelentíssimo Senhor Osil Neiverth, Digníssimo Prefeito Municipal, ao Ilustríssimo Senhor Markiano Schastai, Mui Digno vice-Prefeito Municipal ao Excelentíssimo Senhor Vereador Neri Correia Manfron, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal, ao Ilustríssimo Senhor Vereador Eugenio Tomachevski, Mui Digno vice-Presidente da Câmara, ao Ilustríssimo Senhor Vereador Bronislau Graniska, Mui Digno 1º Secretário, ao Ilustríssimo Senhor Vereador Jorge Chocial, Mui Digno 2º Secretário, bem como aos demais ilustres Vereadores daquela Colenda Casa de Leis: Luiz Lobacz, Joel Garabeli Faix, Crivaldir Costa Pereira, João Valdir Conte e João Renato de Souza, extensivas às demais autoridades do município e a toda a população ivaíense.

Desmembrado de Ipiranga, Ivaí foi elevada à categoria de Município em 10 de junho de 1961, pela Lei nº 4382.

Com uma área de 537,820 km² e população superior a 12.000 habitantes, limita-se com os Municípios de Cândido de Abreu, Imbituva, Ipiranga, Prudentópolis, Reserva e Tibagi.

A economia agropastoril produz milho, soja, feijão, trigo, arroz, etc..., também gado de corte e leite, suínos, caprinos e ovinos.

Cidade acolhedora, com um povo alegre, dinâmico e empreendedor, Ivaí encontra-se em franco desenvolvimento, garantindo uma caminhada segura rumo ao progresso.

Portanto, a presente proposta é a expressão autêntica de nosso regozijo e contentamento e que aqui queremos compartilhar com aqueles que, de uma forma ou de outra, pela labuta e esperança, fizeram de Ivaí a sua terra-mãe, aos quais hoje rendemos a nossa homenagem.

Parabéns, Ivaí!

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e aos colendos membros da Câmara Municipal de Ivaí.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

REQUERIMENTO Nº 1428

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Jo-

sé Carlos Tibúrcio, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento a fim de que promova estudos visando implantação de um CEASA na região de Ponta Grossa.

A região dos Campos Gerais, apesar de sua grande área agrícola, não dispõe de um centro de distribuição de hortifrutigranjeiros, nos moldes dos existentes na Capital.

Desta forma, os comerciantes da região precisam se deslocar até Curitiba a fim de efetuar suas compras de mercadorias para abastecer seus comércios.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 1431

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente adiante subscrito, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente deste Poder ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Doutor Nêgi Calixto, digníssimo Corregedor Geral da Justiça no Estado do Paraná, solicitando informações sobre o andamento dos protocolados sob os números 7817/94, de 25/02/94, e 9912, de 08/03/94.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Os protocolados acima numerados versam sobre assuntos de relevância para esta Casa, uma vez que tratam da questão da fé pública de documentos e da ameaça ao interesse de mais de 275 (duzentas e setenta e cinco) famílias no Município de Paranaguá. Inúmeras dessas famílias têm um único imóvel e estão prestes a perdê-lo por ordem judicial.

Diante disso, encarecemos informações da Corregedoria Geral da Justiça sobre os procedimentos visando apurar as responsabilidades funcionais no caso, conforme o denunciado pelos expedientes supramencionados.

REQUERIMENTO N° 1432

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a formulação de consulta a excelentíssima senhora doutora Maria Martha Kenner Weber Lunardon, digníssima Procuradora Geral do Estado, nos seguintes termos:

"É juridicamente possível o cancelamento do título de propriedade emitido pelo Estado do Paraná em favor de BENEDITO MARCIANO, com referência ao lote "J" da Gleba Jacarandá (Título de Domínio Pleno), conforme transcrição n° 14.460 do Registro de Imóveis de Paranaguá, em razão do não cumprimento das exigências legais vigentes à época no tocante à legitimidade da área,

tendo caído em comisso?"

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A presente consulta atende à defesa dos interesses de mais de duzentas e setenta e cinco famílias de moradores e proprietários de lotes no Balneário Grajaú, em Paranaguá.

Em processo judicial demarcatório, ora em fase de execução de sentença, os sucessores na cadeia dominial do aludido titulado de estão obtendo decisão favorável no sentido de demarcar o imóvel acima descrito, sobre o loteamento Parque Balneário Grajaú. Isso atingirá o direito de propriedade daquelas inúmeras famílias que adquiriram seus lotes mediante a apresentação prévia de certidões negativas do Cartório de Registro de Imóveis de Paranaguá, nas quais não constou qualquer ônus acerca do ajuizamento da aludida Ação Demarcatória (Autos 21/76 - Vara Cível - Comarca de Paranaguá). Esse ato omissivo está sendo objeto de procedimento próprio junto à Corregedoria Geral de Justiça do Estado.

Ocorre que, à época da titulação, encontrava-se em vigor legislação fixando condições para legitimação da área recebida, sendo que o senhor Benedito Marciano caiu em comisso, uma vez que não a individualizou, não realizou ali qualquer tipo de cultura, não ingressou na posse da área, nem tampouco preservou parte da mata nativa, como requerido pela Lei. Declinamos os seguintes dispositivos que regiam a matéria à época e cujos, efeitos - ao nosso ver - ainda perduram: Lei Estadual n° 68, de 20/12/1892; Decreto 1-A, de 08/04/1893; Decreto 800, de 08/04/1931, e respectivo Regulamento; Portaria n° 132, de 08/05/1931, e Decreto n° 9.911, de 17/05/1940.

Assim, parece-nos que, tratando-se de Doação Modal ou Doação com Encargos, o donatário não se desincumbiu desses encargos, em razão do que perdeu o domínio sobre o bem objeto da doação.

É oportuno, ainda, alertar que a omissão do Estado (através do Cartório de Registro de Imóveis) - se devidamente comprovada - ensejará futuras indenizações dos prejuízos causados aos 275 proprietários. Sem dúvida alguma, o cancelamento do título de propriedade não apenas resguardará o direito dos atuais proprietários de boa fé, como amenizará os efeitos de eventuais prejuízos ao erário público.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 202-94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sertãoópolis o imóvel constituído pelo Lote Urbano de Terras, sob o nº 15 da quadra nº 34, com área superficial de 468,75 metros quadrados, contendo em sua superfície um prédio de alvenaria, com dois pavimentos, coberto de telhas, situado à Rua Bahia, naquela Cidade e Comarca de Sertãoópolis, objeto de matrícula nº 3.321 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sertãoópolis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sertãoópolis, prestando serviço a toda comunidade e atendendo os seus 2.500 associados, tanto na área médica, como odontológica e ainda administrativamente com consultas com advogados sobre assuntos de interesse da categoria, necessita para continuação de seus trabalhos de um espaço físico próprio.

O prédio e terreno hoje ocupado pelo Sindicato virá beneficiar, não somente esta entidade mas toda comunidade de Sertãoópolis, sendo que o Sindicato destina-se à coordenação e representação legal a proteção dos Trabalhadores Rurais.

Quanto ao imóvel solicitado como doação cabe ressaltar que o mesmo pertence ao Estado, conforme documentação em anexo.

A situação jurídica do Sindicato está em regularidade, juridicamente correta conforme comprova documentação.

Os demais documentos encontram-se integralizados em perfeita ordem legal.

PROJETO DE LEI Nº 203/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública e a Associação de Proteção à Maternidade e Infância, com sede e foro no Município de Guaraqueçaba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Guaraqueçaba, fundada em 22/01/49, sob os auspícios do Departamento Estadual da Criança, tem por finalidade a proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem-estar e as necessidades da criança e

da gestante especialmente.

Visto que hoje as entidades de cunho social recebem somente subsídios de órgãos governamentais, desde que esteja, devidamente registrados junto ao Departamento Estadual da Criança, porém, para tanto, exige-se que seja declarada de Utilidade Pública.

Portanto, diante das finalidades da presente Associação, solicito aos nobres pares com assento neste Poder Legislativo o apoio para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 204/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica assegurado o pagamento com redução de 50% (cinquenta por cento) do valor total da tarifa de transporte coletivo nas regiões metropolitanas no Estado do Paraná, aos estudantes regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino público ou particular, de 1º, 2º ou 3º graus, na conformidade da presente lei.

Art. 2º - As empresas gerenciadoras do transporte coletivo nas regiões metropolitanas no Estado do Paraná concederão carteira especial para gozo do benefício desta lei, mediante a apresentação pelo estudante:

I - de declaração de matrícula e frequência escolar expedida pela direção de cada estabelecimento de ensino;

II - de comprovante de renda familiar mensal igual ou inferior a 03 (três) salários mínimos.

Art. 3º - O departamento competente da Secretaria de Estado dos Transportes ou órgão que venha a sucedê-la prestará o necessário apoio aos municípios para a implementação desta lei.

Art. 4º - Só poderão beneficiar-se do benefício instituído por esta lei, os estudantes regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino público ou particular, de 1º, 2º e 3º graus, cujo funcionamento esteja devidamente autorizado pelo órgão público competente.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar, mediante decreto, as medidas que se fizerem necessárias à fiel execução desta lei, num prazo não superior a 60 (sessenta) dias, contando a partir da data da sua publicação.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O artigo 25 da Constituição Federal assegura, em seu parágrafo 3º, a competência dos Estados, através de legislação

complementar, instituírem regiões metropolitanas para a organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum.

A Constituição Estadual não apenas reafirma isto como também cuida de obrigar o Estado a destinar, anualmente, em seu orçamento, recursos financeiros para esses fins.

É competência exclusiva dos municípios organizarem seus serviços de transporte coletivo. Entretanto, sobre os serviços nas regiões metropolitanas, incumbe ao Estado legislar.

Não se pretende, com o presente projeto, obrigar os municípios a concederem o benefício do vale-transporte para os estudantes, o que extrapolaria a competência legislativa estadual. O que se objetiva é implantar o benefício no transporte metropolitano, prestado por empresas privadas por permissão do Estado, como no caso da Região Metropolitana de Curitiba, em que o serviço é organizado pela COMEC.

Não se trata, também, de isenção de tarifa, porque a Constituição só previu isto para os deficientes e idosos.

O presente plano de lei quer instituir um pagamento diferenciado (o "meio-passe"), como mecanismo de acesso à educação, uma vez que é comum nos agrupamentos metropolitanos o habitante de um município estudar em outro limítrofe, onde há maior e melhor oferta de ensino.

Tal pagamento diferenciado pode ser traduzido no atendimento que a Constituição obriga a União, os Estados e o Distrito Federal a prestar aos educandos:

"Art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

...

VIII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde."

Consideramos ainda o exposto no artigo 177 da nossa Constituição Estadual:

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

Essa educação, segundo a mesma Constituição, deve ser proporcionada com base em princípios como a igualdade de condições de acesso e permanência na escola a todas as crianças e jovens.

Há essa igualdade de acesso e permanência na escola aos estudantes das classes menos favorecidas (a maior parte da população), numa realidade em que o salá-

rio da classe trabalhadora sacrifica a própria alimentação?

Os constituintes não deixaram qualquer dúvida sobre a extensão do compromisso do Estado com o indivíduo, na sua educação como preparo para o exercício da cidadania responsável.

Ao abordar a igualdade de acesso e permanência de todos na escola, a Constituição abraçou o que é, na verdade, um dos compromissos que o Brasil tem com o seu próprio futuro. O pesado ônus com o transporte é, indubitavelmente, um impedimento para os estudantes permanecerem na escola. Dificultar esse acesso é apresentar um futuro sombrio para o próprio Brasil.

E o nosso País não se pode dar a esse privilégio (se é que o extermínio sócio-educacional de nosso povo pode ser assim chamado).

O pagamento diferenciado da tarifa no transporte coletivo é, inegavelmente, um tratamento especial que o Poder Público daria a esse segmento da população. O benefício irá na direção de mais de 65% (sessenta e cinco por cento) da população que, segundo o IBGE, ganham menos de 03 (três) salários mínimos por mês, e que teriam direito ao "meio-passe" para os seus filhos que estão na escola, conforme disciplina o projeto.

A Assembléia Legislativa e - futuramente - o senhor Governador podem se furtar de conceder esse benefício. O futuro, certamente, cobrará a todos por ação ou omissão.

É a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente a palavra é concedida ao nobre Deputado de Cianorte, do noroeste do Vale do Ivaí, Senhor Mário Bezerra, por cinco minutos.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, visitantes.

Os motivos que me trazem à tribuna, Senhor Presidente e Senhores Deputados, são dois: o primeiro é lamentar que o Governo do Estado se contradiz naquilo que prega. Quando assumiu o Palácio Iguaçu o Ilustre Governador Mário Pereira argumentava de que não utilizaria a máquina pública nessas eleições. Lamentavelmente temos que registrar, inclusive fazendo a leitura de parte de algumas reportagens de jornais do último final de semana quando o Governo, descaradamente, coloca veículos a disposição de candidatos do seu Partido. O ex-Secretário Romanelli, da Habitação, aquele que foi denunciado pelo próprio Scarpellini, homem de confiança de Requião, como corrupto na pasta da Habitação, utilizava-se de um veículo "como carona" da

pastã da Habitação para fazer campanha no Noroeste do Estado.

Isso é uso da máquina pública, é uso da máquina pública. Usou e abusou da Secretaria da Habitação. Nem o próprio Governador à época levantou a palavra para repreendê-lo, ou buscar, apurar as denúncias formuladas por homens do próprio Governo; e depois por mim que solicitei dessa Tribuna através de Requerimento para se formar uma Comissão Especial de Parlamentares a fim de buscar a verdade das denúncias que foram veiculadas na imprensa do Paraná. À época Requião fez ouvidos moucos e o vice-Líder do Governo nesta Casa, Deputado à época Bona Turra, encaminhou contra o meu Requerimento para instalação de uma Comissão Especial para buscar a verdade sobre as denúncias de corrupção na construção da casa da família. Encaminhou contra, o requerimento foi aprovado, e o povo do Paraná não soube a verdade.

A mentira é que prevalece ainda, porque infelizmente o Governo instalado em 1991 nada mais fez do que propaganda, jogou o Paraná à margem de um processo político Federal, o programa principal dele que é o panela cheia. Os recursos foram os mesmos quase que utilizados na propaganda. O que se anunciou não se fez. O Governo mais denunciado por corrupção nos últimos tempos do Paraná não levantou um dedo sequer para buscar responsabilidades administrativas. Todas as denúncias formuladas por Requerimentos aqui, todas as CPI's que eu pedi não tiveram andamento, tem algumas que estão na gaveta desde dezembro do ano passado. Essa da Habitação foi simplesmente uma Comissão Especial que seria o preâmbulo ou início de uma CPI.

A Comissão Especial levantaria o caso, e em comprovando irregularidade requereria como nós requeremos uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as irregularidades do Porto de Paranaguá, mas não passou. O Governo Roberto Requião, e, na sequência, o Governador Mário Pereira, mete panos quentes em cima, nada passa, principalmente agora.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V.Exa. passa a falar no Horário do PTB por sete minutos e meio.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Coloca panos quentes em cima, porque se chegar ao ouvido da população do Paraná será um verdadeiro desastre para as eleições que se aproximam. Têm medo da verdade, porque se não deixa apurar é porque há crime, e eu não fiz outra coisa a não ser requerer benefício para minha região e ao povo do Paraná, e acima de tudo cumprir com a minha função constitucional que é fiscalizar os atos do Poder Executivo. Infelizmente nós não ti-

vemos nenhum resultado. Quem sabe, o futuro Governador do Paraná sendo Jaime Lerner, levante a questão e busque responsabilizar aqueles que cometeram irregularidades e arbitrariedades.

Senhor Presidente, o ex-Secretário da Habitação Romanelli se utilizava de uma viatura da Secretaria da Habitação para fazer campanha política no interior do Paraná. Naquela ocasião aconteceu uma tragédia, três pessoas morreram, e ele disse pessoalmente aos jornais, que estava fazendo campanha política.

Uso a Tribuna para que a minha fala, como sempre, quando uso a Tribuna, a primeira coisa que fazem é tirar uma cópia da Ata ou uma cópia das taquígrafas para levar ao Palácio, que levem, que levem hoje ao Senhor Governador esta nossa denúncia, para que ele fique sabendo que a máquina está sendo utilizada oficialmente para fazer campanha política daqueles que usaram e abusaram da máquina, como é o Secretário Luiz Carlos Romanelli que descaradamente fala que esta usando da máquina.

Outros também estão falando para vergonha e entristecimento de todos os paranaenses. Deixo registrado, e ao mesmo tempo que se coloque neste documento para que o Governador Mário Pereira tome as providências necessárias a fim de que se instale a CPI do Porto de Paranaguá, porque na época em que denunciemos e fomos ao Porto denunciar as irregularidades lá existente o Senhor Mário Pereira era Secretário dos Transportes, e por conseguinte era o homem responsável pelo Porto de Paranaguá, tudo sabia, porque o Chefe sabe de tudo, mas ele nega. Que ele, hoje, através de documento que vai chegar a ele seja o primeiro a orientar a sua bancada, a sua liderança que há dois meses mantém na gaveta o meu Projeto de Resolução para instalação da CPI do Porto, ele oriente a sua Bancada, a sua liderança, para que ele não seja envolvido pela imprensa e por mim, Deputado da Oposição Mário Bezerra, como o responsável pelo descalabro existente no Porto do Paranaguá há muitos e muitos anos, mas, que infelizmente nunca foi levantado.

O Sr. Valdir Rossoni (Aparte - assentimento) - Nas últimas semanas a Bancada do PDT esteve em visita com o Governador, e o Governador naquele dia assumiu um compromisso com a Bancada do PDT de que não permitiria, de forma nenhuma, que fosse usado a máquina do Governo em campanhas políticas.

Acredito que essa denúncia chegará ao Palácio Iguaçu e o Dr. Mário Pereira, Governador do Estado, só terá uma atitude, demitir a Secretária de Habitação porque ela está sendo conivente com o ex-Secretário da Habitação. Todos nós sabemos que

esta Secretaria da Habitação foi nomeada pelo Romanelli para que ele use as casas que são feitas pelas prefeituras do Paraná em favor da sua campanha para Deputado Estadual. As casas que estão sendo feitas em todo o Paraná, e é importante que os paranaenses saibam que tudo que é dinheiro que é repassado para a construção dessas casas são financiadas pelos mutuários e tudo o que as prefeituras do Paraná participam da construção dessas casas são doações dos municípios aos mutuários.

Então, acredito, sinceramente, Deputado Mário Bezerra, que, chegando essa sua denúncia ao Palácio Iguazu, o Governador não terá outra posição a não ser demitir esta Secretária da Habitação que está usando o dinheiro público em benefício de um correligionário, de um candidato a Deputado que é o Romanelli.

Era só isso.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Agradeço o aparte a V.Exa.

Gostaríamos de requerer o afastamento ou a exoneração imediata desta Secretária porque ela é sabedora, inclusive a que deu carona ao Romanelli utilizando-se da máquina pública.

Que pegamos hoje o afastamento imediato da Secretária da Habitação Rosângela Curra Kozak.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - V.Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Apenas gostaria, Ilustre Deputado, de deixar vinculado ao pronunciamento de V.Exa., para que não haja dúvida, em saber se realmente o Governador Mário Pereira tinha conhecimento desta viagem na região Noroeste.

Então, gostaria que tivéssemos a informação sobre o conhecimento do Governador, uma vez que eu quero acreditar que ele não tinha conhecimento desta viagem, principalmente nesta questão que V.Exa. se refere fazendo campanha com o carro do Estado.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Bom, Senhor Presidente, requeiro nesta tarde no primeiro requerimento Regime de Urgência ao Projeto de Resolução que cria a CPI destinada a apurar irregularidade na Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Justificamos que tem sido largamente denunciado irregularidades naquele porto, além daquele processo que nós montamos aqui na Assembléia, em fins do ano passado, que se compunha de quase trezentas páginas em um único processo.

Então, solicitamos urgência no projeto de resolução, porque desde 15 de dezembro

encontra-se na gaveta.

O outro requerimento também diz respeito à mesma matéria.

Após, se houver aprovação pela Casa desse nosso regime de urgência, eu requeiro a inclusão na Ordem do Dia da próxima segunda-feira do Projeto de Resolução que cria essa CPI, porque extrapolou-se todos os prazos regimentais.

Justifico, Senhor Presidente, esse meu segundo requerimento em função de que esse meu projeto já extrapolou todos os prazos regimentais dentro das comissões. Está na Comissão de Constituição e Justiça até hoje.

Primeiro foi designado o Deputado Paulo Maia para exarar o parecer, inclusive gostaria de ouvir do Paulo Maia por que não foi exarado o parecer.

Como o Deputado Paulo Maia não exarou o parecer, o presidente designou outro relator que foi nada menos nada mais do que o Deputado Oswaldo Trevisan, ouvidor, homem ligado ao Governo e que hoje cumpre as suas funções junto ao Palácio Iguazu. Também não exarou o parecer, ficou com o projeto desde o dia 21 de fevereiro até ao dia 02 de abril. Aí diz ele que entregou à liderança do Governo. E o projeto adormeceu às conveniências do Governo!

Então, tenho esses dois requerimentos para agilizar esse nosso procedimento.

Era só. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Caíto Quintana.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Pela ordem, Senhor Presidente.

Gostaria que V.Exa., como Presidente desta Casa, solicitasse ao Prefeito de Curitiba, Rafael Greca, uma audiência em nome do PMDB e do PP, para que tivéssemos o aval de S.Exa. que também não usará a máquina política na campanha eleitoral. Se ele estiver em Curitiba... porque, pelo que me consta, ele está em viagem de aniversário de sua esposa na tão antiga e tão bela Europa.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela Ordem.

Devo esclarecer, Sr. Presidente, que o Prefeito Rafael Greca está em viagem a trabalho pela Capital do Estado e que o Deputado Antônio Annibelli, que é integrante da bancada do PP, poderá fazer a consulta com o Prefeito em exercício, Mário Celso, que é Vereador do PP e que hoje, para honra nossa, ocupa a Prefeitura de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência, antes de passar a palavra

ao Deputado Caíto Quintana, registra a presença entre nós do Prefeito de Virmond, Osmar Palinski e do Dr. Juarez José da Silva, Bacharel de Direito da Cidade de Laranjeiras do Sul.

Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares. Gostaria inicialmente que esta Casa registrasse um voto de pesar pelo falecimento do irmão do Prefeito Valter, do Vereador e de mais uma pessoa envolvida neste trágico acidente lembrado agora nesta Casa.

Em segundo lugar, lamento profundamente a conotação política que tenta o Deputado Bezerra colocar no acidente que entristece a cada um de nós. Não tenho procuração para denfender ninguém dos envolvidos. Um deles é candidato a Deputado, portanto, nesta busca incessante do voto concorrente de cada um de nós nestas eleições. No entanto, é lamentável quando se procura dar conotações políticas e vejo solicitações de demissão da Secretária de Habitação, Rosângela, que estava cumprindo com seu trabalho na inauguração de um conjunto habitacional construído na Cidade de Querência do Norte, como se fosse um crime; como se não estivesse dentro da competência de um Secretário de Estado de estar inaugurando um conjunto habitacional construído para diminuir o déficit habitacional de nosso Estado.

Não quero entrar no mérito da questão das casas, da construção das casas, da importância da construção de casas populares deste programa do governo do Estado até por exegüidade de tempo. Poderemos voltar a dicutir isto numa outra oportunidade.

Comparar as casas do Paraná, com as casas do plano federal, vermos a alegria de famílias pobres que nunca tiveram a possibilidade de ter suas próprias casas, poderem tê-las, com a garantia de uma prestação nunca superior a 20% dos salários e que na grande maioria atingem 14, 15% do salário mínimo; mas este programa de Governo poderemos discutir em outra oportunidade.

Mas Deputado Mário Bezerra, o cidadão Romanelli estava com o seu carro, participando numa região política onde faz política, na inauguração de um conjunto habitacional, prestigiando, portanto, a inauguração deste conjunto, como qualquer um de nós Parlamentares aqui era permitida e necessária a presença na militância política regional. Pegou uma carona. É muito diferente se dizer que estava usando um veículo do Estado. Pegou uma carona em um veículo do Estado que estava sendo dirigido por um motorista da Secretaria, onde estava junto a Secretária, o seu chefe de

gabinete, mais uma funcionária e, eventualmente, mais um cidadão, Luiz Cláudio Romanelli. E envolveu-se num acidente.

Um acidente lamentável, com trágico rescaldo, mas só um acidente a ser lamentado. Quantas e quantas vezes já vi Deputados de outros partidos, inclusive desta Casa, andando em viaturas de Secretarias do Estado ou do Governo, quando acompanhando comitivas governamentais, foram inaugurar obras das mais variadas pelo Estado do Paraná? Muitas e muitas vezes aconteceu.

Ora, Bezerra, se eventualmente tivesse ocorrido um acidente naquele instante, nós poderíamos dizer que este parlamentar estava usando máquina pública para fazer campanha política? Poderíamos dizer que eles estavam usando um veículo público ao fazer campanha política? Eu me permito, Deputado Algaci Túlio, em cima do aparte que ouvi do Deputado Annibelli, digamos que o prefeito de Curitiba, o atual prefeito de Curitiba, vai inaugurar uma obra num bairro e ao voltar da inauguração desse bairro, desse uma carona para retornar até a prefeitura, para conversar assuntos necessários ao ex-Prefeito Jaime Lerner, nós poderíamos afirmar que no curso do torno da inauguração, até o centro da cidade, estivessem usando o veículo público para campanha?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V.Exa. passa a falar no horário do PMDB.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Não podemos fazer aqui, nesse momento de proximidade eleitoral, procurarmos, desesperadamente em qualquer fato que eventualmente aconteça na vida de qualquer um, darmos a conotação política que não tem, porque isso não desmerece a Secretária Rosângela, isso não desmerece a função pública, o exercício do "manus público", isso desmerece aos ouvidos daqueles que nos ouvem aqui, na imprensa que noticia, desmerece a todos nós como classe política, dando a impressão de que a utilização de veículos públicos, de máquina pública, de recurso público seja utilizado por parlamentares, por políticos em benefício pessoal.

Temos que ter, nesse momento da vida nacional, aonde o desgaste da classe política é grande, temos que ter a visão e a consciência de não misturar os fatos, de não procurarmos dar a um acidente lamentável, uma conotação política que não tem, para pedirmos aqui, precipitadamente, a demissão sumária da Secretária de Habitação. Por quê? Por que ela foi inaugurar um conjunto habitacional construído? Por que ela estava no exercício da sua função num final de semana? Ou porque ela deu carona

para um político que poderia ter sido o Romanelli, que poderia ter sido qualquer um de nós que estivesse lá em Querência do Norte naquele instante?

Encontrei nesta mesma semana, meu caro Presidente, a Secretária Rosângela, visitando municípios do oeste do Paraná e seguramente dirigiu-se até Querência do Norte, o Romanelli, daqui, foi a Querência na inauguração. Depois da inauguração, retornando, pura e simplesmente para casa, tem um acidente e nós vamos dar aqui a conotação de utilização da máquina e de pedirmos a demissão sumária da Secretária.

Creio que devemos ter, muito mais do que tudo, serenidade para termos os nossos embates políticos. Disputar palmo a palmo, voto a voto, eleitor a eleitor, através das nossas propostas, através das nossas visitas, através das nossas reuniões, disputar esse espaço de 54 cadeiras que têm nessa Casa. O Secretário Romanelli vai disputar conosco, desta Bancada, um espaço.

Será o nosso espaço que poderá tirar e tenho a certeza que cada um de nós, na medida das nossas forças, vai disputar palmo a palmo com ele, o direito de voltar aqui, mas o que nós não podemos, é permitir que na Sessão de hoje na Assembléia, em cima de um fato lamentável como este queira se transformar uma tragédia num ato político. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Grande Expediente: a palavra com o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou dando entrada hoje na Mesa da Assembléia de um Projeto de Lei que institui o pagamento diferenciado para os estudantes de 1º, 2º e 3º graus.

(Lê):

"PROJETO DE LEI N°

SÚMULA: Institui pagamento diferenciado para os estudantes de 1º, 2º e 3º graus no transporte coletivo das regiões metropolitanas no Estado do Paraná.

Art. 1º - Fica assegurado o pagamento com redução de 50% (cinquenta por cento) do valor total da tarifa de transporte coletivo nas regiões metropolitanas no Estado do Paraná aos estudantes regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino público ou particular, de 1º, 2º e 3º graus, na conformidade da presente lei.

Art. 2º - As empresas gerenciadoras do transporte coletivo nas regiões metropolitanas no Estado do Paraná concederão carteira especial para gozo do benefício desta Lei, mediante a apresentação pelo estu-

dante:

I - de declaração de matrícula e frequência escolar expedida pela direção de cada estabelecimento de ensino.

II - de comprovante de renda familiar mensal igual ou inferior a 03 (três) salários mínimos.

Art. 3º - O departamento competente da Secretaria de Estado dos Transportes ou órgão que venha a sucedê-la prestará o necessário apoio aos municípios para a implementação desta Lei.

Art. 4º - Só poderão beneficiar-se do benefício instituído por esta Lei os estudantes regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino público ou particular, de 1º, 2º e 3º graus, cujo funcionamento esteja devidamente autorizado pelo órgão público competente.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar, mediante decreto, as medidas que se fizerem necessárias à fiel execução desta Lei, num prazo não superior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sua publicação."

Outro assunto que me traz à tribuna hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que parte do Litoral do Paraná está vivendo, neste momento, um ato inusitado e por isso chamo a atenção dos companheiros desta Casa. Proprietários de áreas há mais de 40 anos agora estão sujeitos a se tornarem posseiros em razão de uma decisão da Justiça que agora cria este fato inusitado.

Duzentas e setenta e cinco famílias que estão representadas hoje, aqui nesta Casa, estão ameaçadas de perderem seus imóveis no Balneário Grajaú, em virtude de processo judicial demarcatório, ora em fase de execução de sentença.

Esse processo tem como objeto uma propriedade, cujo título foi emitido pelo Estado do Paraná, em favor de Benedito Marciano, com referência ao lote "J", da Gleba Jacarandá, naquela localidade.

Esse Senhor, Benedito Marciano, como donatário não cumpriu as exigências legais vigentes à época da titulação, indispensáveis para a legitimação da área doada, tendo caído em omissão, uma vez que não individualizou-a, não realizou ali qualquer espécie de cultura, não ingressou na posse da terra, nem tampouco preservou parte da mata nativa, como requerido pela Lei.

Hoje, os sucessores na cadeia dominial do tutelado estão obtendo decisão judicial favorável no sentido de demarcar esta propriedade sobre o loteamento Parque Balneário Grajaú, atingindo com isto o direito de propriedade de mais de 275 famílias.

E o mais grave, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que essas famílias adquiriram seus lotes, obtendo previamente certidões negativas do Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de Paranaguá, nas quais não constou qualquer ônus acerca do ajuizamento da dita ação demarcatória. Com essas certidões evidentemente construíram em cima dessas áreas que compraram, que pagaram e que possuem toda a documentação necessária. E esse ato omisso desse cidadão identificado como o Senhor Benedito Marciano já está sendo objeto de procedimento próprio junto à Corregedoria Geral de Justiça no Estado do Paraná.

Como é possível se verificar, Senhores Parlamentares o não cumprimento de diversos dispositivos legais, que a seguir vou enumerar, combinado com a omissão do Estado também, através do Cartório de Registro de Imóveis, podem, nos próximos dias causar grandes danos a mais de 275 famílias paranaenses.

Por isso, visando defender os interesses dessa comunidade e, ainda, corrigir os efeitos da omissão do Estado neste caso, nós submetemos à apreciação do Plenário dois expedientes dirigidos à Procuradoria Geral do Estado e à Corregedoria Geral de Justiça do Paraná que têm os seguintes teores.

O Requerimento à Procuradoria Geral do Estado sobre a possibilidade de cancelamento de título de propriedade emitido pelo Estado. E neste meu requerimento a formulação de uma consulta a Exma. Senhora Dra. Maria Marta Weber Lunardon, digníssima Procuradora Geral do Estado, nos seguintes termos: "É juridicamente possível o cancelamento do título de propriedade emitido pelo Estado do Paraná em favor de Benedito Marciano, com referência ao lote J da Gleba Jacarandá, título de domínio pleno, conforme transcrição nº 14.460, do Registro de Imóveis de Paranaguá, em razão de não cumprimento das exigências legais vigentes à época no tocante a legitimidade da área tendo caído em omissão?

Então, esta consulta atende a defesa dos interesses dessas mais de 275 famílias, de moradores, de proprietários de lotes no Balneário Grajaú, em Paranaguá.

Em processo judicial demarcatório ora em fase de execução de sentença, os sucessores, como já disse, estão agora vivendo este momento inusitado. E é oportuno alertar que a omissão do Estado, através do Cartório de Registro de Imóveis, se evidentemente comprovado vai evidentemente provocar aí que o Estado de repente venha a pagar uma enorme indenização a essas quase 300 famílias moradoras no Balneário de Grajaú, no litoral do Paraná.

O outro requerimento que eu faço, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é ao

Corregedor Geral de Justiça do Estado do Paraná, solicitando informações sobre o andamento dos protocolos de nº 7.817/94 de 25.02.94 e 9.912/94 de 08.03.94, expediente este ao Exmo. Sr. Desembargador, Dr. Nêgi Calixto, digníssimo Corregedor Geral da Justiça do Estado do Paraná, solicitando informações sobre o andamento desses protocolos aí. Esses protocolos numerados versam sobre assuntos de relevância para esta Casa, uma vez que tratam da questão de fé pública de documento e de ameaça ao interesse de mais de 275 famílias.

Diante disto nós queremos as informações da Corregedoria Geral de Justiça sobre esses procedimentos, visando apurar as responsabilidades funcionais no caso conforme denunciado pelos expedientes que nós estamos encaminhando. Isto posto Senhores Deputados nós confiamos neste Plenário, na aprovação destes Requerimentos. Serão remetidos imediatamente às autoridades perquiridas, bem como no apoio de todos os Senhores Parlamentares à luta dessas famílias aqui presentes hoje; porque como já disse, alguns de Curitiba e outros que representam muitas cidades do interior do Estado do Paraná e que há 20, 30, 40 anos construíram as suas casas em cima de uma documentação legal expedida pelo Cartório de Paranaguá, e que agora lamentavelmente se encontram nesta situação de indecisão.

Sabe-se já que foi encaminhada pela justiça o ofício à Prefeitura de Paranaguá e daqui a pouco o advogado, o nosso companheiro Doutor Rosaldo Jorge de Andrade fará aqui uma rápida exposição ocupando ainda o horário deste Grande Expediente de que já há a expedição de ofício à Prefeitura de Paranaguá proibindo qualquer tipo de construção, qualquer tipo de até de desmanche de casa porque, até que se resolva essa situação. E nós sabemos de muitas pessoas, de muitas famílias que estão com as suas construções em andamento, não sabem se convém terminar ou se é melhor parar.

Esta é uma situação delicada que trago a esta Casa e que encaminharei daqui a pouco mais, numa audiência no Palácio Iguazu, ao Governador do Estado, Doutor Mário Pereira, ou a quem nos receber daqui a pouco mais em Palácio. E também o faremos daqui a pouco também ao próprio Corregedor Geral da Justiça, Doutor Nêgi Calixto, toda essa preocupação que hoje atinge a essas quase 300 famílias aqui hoje representadas pelas pessoas que estão colocadas aqui nesta galeria.

O coordenador desta comissão, Doutor Rosaldo Jorge de Andrade; Senhor Juraci de Oliveira, que é o Presidente da Associação de Moradores do Balneário de Grajaú; a Dona Domitília Santi, uma líder comunitária

que tem batalhado bastante nesta causa; companheiro Luis Andrade, Marcia Andrade; enfim, todo esse pessoal que está aqui que tem se reunido constantemente naquele Balneário, ainda no último sábado nós lá estivemos presente numa dessas reuniões onde foram colocadas a essas pessoas as medidas que seriam tomadas a partir desta semana, inclusive com audiência junto ao Governador do Estado do Paraná.

Por isso, Senhor Presidente, ao fazer aqui essas colocações e pedir a esta Casa o maior empenho possível para que o Estado do Paraná, para que levando este alerta ao Governador do Estado, se evite de que o Tesouro do Estado, mais cedo ou mais tarde, venha ter que arcar com uma enorme indenização a quase 300 famílias. E sabem os Senhores da valorização hoje do imóvel localizado nesta área das praias que pertence ao Município de Paranaguá, muito embora essas áreas não estejam recebendo o devido atendimento, o devido cuidado por parte da administração de Paranaguá.

Lembro aqui que nós, há questão de quatro anos atrás, tentamos criar o Município de Pontal do Paraná, desmembrando essas praias do Município de Paranaguá, porque entendemos de que a Prefeitura de Paranaguá nunca deu a devida atenção a este lado do nosso balneário. Enquanto Guaratuba tem hoje uma situação das melhores, enquanto Matinhos e Caiobá hoje estão em boa posição com toda a infra-estrutura, e já se pensa até em criar o Município de Caiobá, desmembrando de Matinhos, nós continuamos ainda numa situação difícil de Praia de Leste, ou de Praia de Canoas até Pontal do Sul, ou a Ilha do Mel.

Esta luta pela criação do Município certamente nós não o faremos agora, uma reabertura desse processo, para que não o classifiquem como um ato político, de má vontade desse Parlamentar, de querer usar novamente esta luta pela criação do Município de Pontal do Paraná porque é uma véspera eleitoral. Mas o faremos a partir do ano que vem. Tenho certeza absoluta que com Jaime Lerner Governador do Estado do Paraná nós haveremos de concretizar o desejo dessa imensa maioria de pessoas que habitam essa região do litoral do Paraná. Muitas dessas pessoas vindas do interior do Paraná terão o desejo, realmente de se viver emancipado de Paranaguá tendo toda a infra-estrutura que aquela região merece.

Por isso, Senhor Presidente, gostaria, conforme já combinado com V.Exa., que o Dr. Rosaldo Jorge de Andrade, além daquilo que nós aqui expusemos tecnicamente em função de requerimento que estamos encaminhando à Mesa pudesse, no prazo de cinco ou dez minutos do que me resta do grande expediente falasse aqui, e até uma forma de orientação à galéria que está aqui e

aqueles que não puderam comparecer na reunião do último sábado em Grajaú, e até mais, na questão jurídica, como advogado que é, pudesse expor melhor do que da maneira que nós fizemos aqui, nesse Plenário, a situação hoje dessas quase 300 famílias que têm as suas propriedades no Balneário de Grajaú.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência concede a palavra por sete minutos ao Doutor Rosaldo Jorge de Andrade.

O DR. ROSALDO JORGE DE ANDRADE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nessa Tribuna quem vos fala não é uma pessoa, mas a voz de 275 famílias, e é em nome delas que peço sete minutos de atenção dos Senhores. No final do ano passado todos fomos surpreendidos com uma decisão judicial que determinava o cancelamento dos registros de imóveis de todos esses proprietários, além dessa determinação do cancelamento havia, também, uma outra determinação judicial para o Município de Paranaguá que não mais deixasse que as pessoas conseguissem Alvarás para construção, para demolição e para reformas e para ampliação de suas residências, tudo isso com base numa ação judicial de 21 de março de 76, inclusive a Ação é nº 21/76.

A ação demarcatória foi ajuizada em Paranaguá, foi citado pessoalmente o Estado do Paraná porque era uma área limítrofe, foi citada pessoalmente a Imobiliária Grajaú, o Município de Paranaguá, mas os eventuais compradores hoje transformados em posseiros foram citados por edital, por uma informação preguiçosa do cartorário de Registro de Imóveis de Paranaguá o qual informou imprecisamente o Juízo dizendo que, efetivamente, não poderia localizar os proprietários, pois se tratavam mais de 400 pessoas espalhadas pelo Brasil inteiro. Hoje, ao contrário dessas informações, ele muito bem soube localizar essas pessoas para proceder o cancelamento dos registros de imóveis. Para a citação não foi possível localizar essas pessoas, mas para poder cancelar as suas matrículas, aí sim, o cartorário conseguiu localizar todos os proprietários.

Houve o cancelamento, houve sentença nesse processo, a Imobiliária Grajaú e pouquíssimos proprietários moradores cerca de sete ou dez, que conseguiram acorrer a citação judicial puderam exercer o direito constitucional de ampla defesa, os duzentos e setenta e cinco que estão aí, hoje, nas galerias desta Casa não puderam exercer esse direito constitucional. Estão, hoje tolhidos no seu direito de propriedade, não podem vender seus imóveis

porque as áreas já passaram a desvalorizar, nenhuma imobiliária está querendo pegar lotes para vendas no loteamento Grajaú, não podem reformar as suas residências, como não podem construir nos seus lotes vagos.

A situação está bastante difícil e preocupante para todos nós. E quais os caminhos a serem seguidos? Pela via judicial dado o Estado que está o processo, muito pouco há de se fazer, somente uma ação rescisória já tentado por alguns moradores, que, se chegar ao bom termo poderá beneficiar a todos. Mas nós sabemos, Senhores Deputados, que processo judiciário, não só no Paraná, mas como em todo o nosso País é um processo demorado, e em muitas das vezes não se faz justiça.

O que estamos buscando hoje, Senhores Deputados, é que seja feita a justiça social, é que seja feita, senão pelo Judiciário, talvez pelo Executivo e, talvez, pelos Senhores do Legislativo. Esta justiça social é dar aos verdadeiros proprietários, contribuintes de impostos há mais de quarenta anos, que têm suas casas naquela localização, muitas das quais pessoas humildes, aposentadas, que trabalharam durante toda uma vida, juntaram suas economias e puderam comprar um imóvel no litoral, estão agora na iminência de perderem essas casas.

É justamente em nome dessas pessoas, desses proprietários é que nós pedimos que seja feita a justiça social ou pelo Executivo, tentando cancelar aquele título cujo detentor não cumpriu nenhuma das suas condições, ou através do Legislativo, conseguindo apoio dos Senhores para que a Corregedoria-Geral da Justiça levante e puna, efetivamente, os culpados pelas não-averbações às margens das matrículas desses proprietários.

Quero concluir, Senhores Deputados, pedindo o reforço de cada um dos Senhores ao apelo hoje protocolado nesta Casa pelo Deputado Algaci Túlio. Estou vendo desta Tribuna na pessoa de cada um dos Senhores Deputados atuantes, Deputados que representam o povo, várias lideranças, Deputados que têm grande apoio da imprensa; a esses Deputados, eu quero pedir em especial, divulguem em seus programas de rádio e televisão e efetivamente atendam àquele pedido que está nas galerias: Senhores políticos assumam a nossa causa, assumam engrossando fileiras com o Deputado Algaci Túlio na defesa dos nossos interesses.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PFL se fará uso do seu tempo.

(Declina).

PP.

(Declina).

PT.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Doutor Rosinha por sete minutos e meio.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, cidadãos paranaenses que visitam à Assembléia Legislativa.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, somos uma bancada pequena: eu, o Deputado Ovídio e o Deputado Ernani Pudell. Queremos dizer aos paranaenses que hoje ocupam a galeria que sempre quando fomos solicitados ou mesmo sem essa solicitação, mas desde que tomássemos conhecimento de injustiças, nós sempre nos colocamos ao lado daqueles que estão sendo oprimidos, daqueles que estão sendo explorados.

Portanto, no que é de direito e no que é justo e no que é moral, os que ocupam a galeria hoje podem contar com essa pequena Bancada de três Deputados, mas, aguerridos que somos, não nos furtaremos da luta em defesa desses direitos.

Vim para a Tribuna justamente para falar na questão de direito da população.

Queremos dizer que a Constituição brasileira no que diz respeito à saúde, educação, habitação e à terra tem sido constantemente desrespeitada.

Reza o artigo 196 que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações de serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

Isto não tem acontecido em nosso Estado e principalmente por políticas inadequadas de alguns municípios.

Recebemos fax de moradores da Lapa, mais precisamente da Pastoral da Saúde e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

E denunciaram estes que os usuários do Sistema de Saúde da Lapa são submetidos a cadastro para comprovarem o nível de pobreza e assim receberem carteirinha de carente e que lhes dá direito de serem atendidos com medicação. Isto desrespeita a Constituição, quando diz que saúde é dever do Estado e direito do cidadão. Não deve se perguntar se este cidadão é pobre ou não, é direito dele obter o atendimento e todo o material necessário, seja de exame de laboratório ou de medicamento, para que ele possa voltar a ter saúde.

Ao agir desta maneira, estes Secretários de Saúde, estes Prefeitos, têm também desrespeitado não somente a população, mas já houve uma deliberação da Secretaria Estadual de Saúde, na qual muda o código de pagamento às Secretarias de Saúde, melhorando a remuneração por consulta, quando é transformado este código de só consulta,

ou se feita a consulta e também a entrega de medicamento.

Portanto, ao entregar o medicamento, a Secretaria de Saúde Municipal recebe um repasse de verbas superior ao efetuar somente a consulta.

Esta deliberação foi tomada no dia 1º de fevereiro de 94, que para remunerar as consultas médicas, realizadas pelas Secretarias Municipais de Saúde, passa a mudar o código hoje em vigor, naquela época, melhorando a remuneração destas Secretarias no que diz respeito ao atendimento.

Mas não é só isto o que tem acontecido. Ainda hoje recebemos um telefonema do Município de Cantagalo. Lá a Prefeitura solicita o título de eleitor para poder fazer a consulta. Na semana passada, caminhando por municípios da Região Metropolitana, pela Fazenda Rio Grande, um dos cidadãos daquele município também denunciou que lá tem que mostrar título de eleitor para poder ter atendimento médico. Isto é inconstitucional! Isto é ilegal! E, acima de tudo, é imoral! Pois é a execução de uma política visando simplesmente o clientelismo, o fisiologismo, não atendendo aquele cidadão que tem o direito de voto em outro município.

Isto é crime. E, por ser crime, aqui há um requerimento da Bancada do PT, pedindo para que a Promotoria Geral do Estado tome providências a respeito.

Neste sentido é que pedimos a aprovação deste requerimento enviado ao Dr. Olimpio de Souto Maior, para que ele possa fazer as diligências, ou designar quem faça, para apurar estas irregularidades aqui denunciadas por mim em nome da Bancada do PT.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Manfrinato) - Horário da Liderança.

PDT. (Declina).

PSDB. (Declina).

PL. (Declina).

Horário da Liderança do Governo.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero comunicar à Casa, especialmente aos meus colegas Deputados, que ontem o Senhor Governador Mário Pereira nos convidou para assumir a Liderança do Governo nesta Assembléia Legislativa. Este convite se deu em função da desistência do Deputado Renato Adur que vinha acumulando, já há algum tempo, as duas lideranças, a do PMDB com a do Governo e Sua Excelência, por razões meramente pessoais, particulares, colocou a Liderança do Governo à disposição do Governador Mário Pereira, e sugeriu a

indicação do nosso nome e no dia de ontem, depois de estarmos respondendo interinamente pela liderança nesta Casa, o Governador Mário Pereira nos chamou para uma conversa e formalizou o convite.

Quero, portanto, comunicar à Casa que aceitei o convite do Governador Mário Pereira e quero dizer porque aceitei: primeiro, porque sou companheiro de governo; segundo, porque como todos tenho consciência da responsabilidade que pesa sobre os meus ombros neste momento e terceiro, exatamente, porque é a complementação de um período de governo e é um momento difícil, um momento delicado, um momento que normalmente não se aceitaria um convite desta natureza, mas o dever e a responsabilidade falaram mais alto e por isso mesmo, aceitei esse honroso convite.

Quero também dizer a esta Casa, aos meus colegas e muito especialmente aos colegas parlamentares que compõem o Bloco, de que no exercício da liderança da maioria, procurarei sempre me comportar com bom senso, com espírito público e com espírito de companheirismo, com espírito de solidariedade, mas tendo sempre em mente, como dever maior, a defesa dos mais altos interesses do povo do Paraná que representamos e muito especialmente o Governador Mário Pereira também representa.

Quero, a partir de agora portanto, oficialmente comunicar que estamos assumindo a Liderança do Governo no lugar do eminente Deputado Renato Adur, que realizou um extraordinário trabalho e posso testemunhar isso, porque acompanhei, não só como seu colega de Parlamento, mas como Secretário do Governo Requião, a sua atuação aqui nesta Casa.

Sei, Senhor Presidente e nobres colegas, que não será fácil substituir o Deputado Renato Adur, mas com a ajuda de Deus em primeiro lugar, com apoio dos meus colegas que compõem o Bloco de sustentação do governo e com a colaboração, a compreensão e porque não dizer também, o apoio dos demais colegas, haveremos de conduzir esta liderança a um bom termo, fazendo com que ao final desta Legislatura, possamos nos orgulhar do Deputado que fomos, do representante do povo que fomos, do Líder do Governo que fomos e sobretudo, do companheiro, do colega Parlamentar que fomos nesses 4 anos.

O Sr. Colombino Grassano - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Senhor Deputado, com extrema alegria e com muita satisfação estamos assistindo nesta tarde, a ascensão de Vossa Excelência à Liderança do Governo e do vosso partido.

Vossa Excelência tem primado nesta Ca-

sa por um senso de responsabilidade ímpar, por um sentido democrático nas suas atitudes, por um comportamento exemplar, porque defender o governo, é missão de Vossa Excelência, respeitar uma minoria é um dever que todo cidadão, investido de uma alta função, como é o caso de Vossa Excelência.

As minorias precisam ser respeitadas, tem que haver nesta Casa, Senhor Deputado para que as leis sejam aprimoradas com diálogo, com entendimento. Uma conversa, enfim, que possamos dividir no todo, mas, nas particularidades, temos que nos entender. E isso demanda um entendimento, uma conversação, um diálogo. São fundamentais na prática da democracia.

Vossa Excelência tem demonstrado aqui, nesta Casa, e até mesmo quando foi Secretário de Estado, um alto sentido democrático. Nos conhecemos há tantos anos, sempre em posições distantes e diferentes, mas sempre nos respeitamos. Eu admirando o comportamento profissional e depois político de Vossa Excelência. E, tendo em Vossa Excelência, como depositário das melhores aspirações do povo paranaense.

Tenho certeza que o Senhor Governador acertou na escolha do vosso nome sem demérito a qualquer outro companheiro que faz parte da Bancada de Vossa Excelência. Mas Vossa Excelência foi um nome que deve ter fluído, naturalmente, pelo seu comportamento, pelas suas atitudes e, principalmente, pelo seu alto espírito público.

Quero cumprimentá-lo por esta conquista, porque ser Líder de uma Bancada não deixa de ser uma conquista. É a valorização do homem, do Parlamentar, do político e, principalmente, do democrata que é Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ TAVARES - Obrigado pelo aparte Deputado Colombino e concedo, em seguida, aparte ao Deputado Ernani Pudell.

O Sr. Ernani Pudell - Quero também me parabenizar com Vossa Excelência, apenas fazendo um reparo na opinião colocada pelo Deputado Colombino.

Acho que quem ganha com essa decisão é o Governo do Estado. Vossa Excelência é, inegavelmente, um dos melhores quadros que este Parlamento tem, uma experiência muito grande, tem demonstrado um senso e um espírito público que tem faltado, muitas vezes e em grande parte, nos Parlamentos pelo País afora. E Vossa Excelência tem demonstrado que tem luz própria, que não necessita se socorrer com assessorias, que conhece o jogo do processo legislativo, do diálogo e, acima de tudo, Vossa Excelência tem demonstrado já, em algumas oportunidades, um profundo respeito pela opinião da minoria e tem sabido inclusive colher, dessa minoria, contribuições que ajudem o

desenvolvimento do processo legislativo e até mesmo as ações e as iniciativas do Governo.

Então quero parabenizá-lo, foi uma sábia decisão do Governo do Estado em alçar Vossa Excelência a condição de Líder do Governo. E para nós da Bancada da Oposição é a certeza de um diálogo franco, aberto e respeitoso que tanto precisamos nesta Casa. Porque Vossa Excelência sabemos, irá sempre usar a força do argumento e jamais o argumento da força na defesa dos interesses do Governo nesta Casa.

Obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES - Agradeço da mesma forma que fiz ao Deputado Colombino Grassano pelas palavras generosas.

E reafirmo o meu compromisso de me comportar, aqui, como Líder do Governo Mário Pereira, tendo como norte, como caminho, como luz o bom senso. O bom senso que é uma palavra muito usada mas pouco aplicada. Porque o bom senso significa o diálogo, o bom senso dignifica a sensatez, o bom senso significa a determinação - quando necessária - e o bom senso significa, sobretudo, o respeito. O respeito no cumprimento daquilo que mais interessa ao povo do nosso Estado.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Me concede um aparte?

(Assentimento).

Deputado Tavares, falo em nome da Bancada do PP que também será liderada por Vossa Excelência sendo Líder da Bancada do Governo.

Mas, reconhecemos a cada um daqueles que passaram pela Liderança as dificuldades que têm, a luta de contornar os momentos mais difíceis. Sabemos da experiência que V. Exa. tem com vários mandatos. Na acepção da palavra um homem público, capaz, sem dúvida nenhuma, sempre, dignificar o nosso Estado e a Nação brasileira.

São homens como V. Exa. que o País precisa estar à frente das Lideranças, fazendo com que a gente acompanhe o seu trabalho, porque sabemos que tem conhecimento, competência, vontade de trabalhar e isto são qualidades que não se encontram muito fácil. E fico feliz de receber a notícia que V. Exa. é que assume a Liderança do Bloco do Governo. E sem dúvida nenhuma não podemos deixar de dizer que acertada a decisão do Governo, de forma nenhuma queremos desmerecer o trabalho do Adur que estava na verdade sobrecarregado e dividindo, V. Exa. terá uma facilidade muito grande nesse trânsito entre a Assembleia Legislativa, a Bancada do Governo e naturalmente a todos os Parlamentares, porque a função do Líder é fazer com que nos mo-

mentos difíceis todos somam em benefício do bem-estar do nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES - Agradeço V. Exa. e concordo plenamente com os argumentos que dispense, quando fala que a separação das Lideranças, uma do PMDB e a outra do Governo, é salutar, é benéfica, porque realmente o nobre Líder Renato Adur estava extremamente sobrecarregado. Pude perceber isto nos trinta dias que vinha auxiliando na Liderança do Governo o quanto ele enfrentava dificuldades, sobretudo neste período, neste momento, para poder administrar essas duas vertentes, essas duas realidades, a partidária e a do Governo, porque na realidade representa a maioria aqui nesta Casa.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero portanto reafirmar a minha honra, a minha satisfação pessoal, neste momento, de liderar um bloco de colegas, de Parlamentares do mais alto nível, que são os Parlamentares que ao lado da Oposição compõem todo o Parlamento do Estado do Paraná.

Sei que a responsabilidade será muito grande. Não é fácil falar em nome de um Governo e não é fácil representar uma Bancada majoritária num Parlamento. Mas todo esforço farei para dignificar esta representação.

E já que comunico à Casa que sou o Líder do Governo a partir de agora, quero começar nestas condições a promover aqui a defesa do Governo e dizer que toda vez que julgar com base nos princípios a que me referi, se necessário, democrática e respeitosamente, usar a tribuna para colocar a posição do Governo a respeito de qualquer assunto aqui tratado, farei. E quero começar, Senhor Presidente, nobres colegas, dando explicações a este lamentável episódio que aqui hoje foi comentado, que envolveu a Secretária de Habitação e o ex-Secretário Luiz Cláudio Romaneli.

Lamentável episódio muito especialmente porque ceifou vidas, pessoas morreram, pessoas deixaram o nosso convívio, numa forma absolutamente natural, infelizmente, lamentavelmente, nos dias de hoje...

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JOSÉ TAVARES - ...tem sido uma constante, infelizmente, os acidentes nas estradas do nosso Estado e do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Manfrinato) - Esta Presidência concede, pela ordem, a palavra ao Deputado Mário Bezerra.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, existe uma praxe Parlamentar, gostaria que V. Exa. me assegurasse a palavra porque existe uma praxe Parlamentar que quando tem um orador na Tribuna ele só pode ser interrompido se a Mesa permitir.

Acho que, nesse momento gostaria de contar com a compreensão de V. Exa. e do eminente Deputado já que ouvimos as suas colocações silenciosamente, para que possa também, da mesma maneira como ele fez a sua colocação, possa colocar aqui as razões como Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Manfrinato) - Essa Presidência comunica V. Exa. que não pode negar a questão de ordem solicitada pelo ilustre Deputado, ou o ilustre Deputado poderia solicitar um aparte a V. Exa. e concederemos um minuto a mais para que o Deputado possa ter o aparte de V. Exa.

O SR. JOSÉ TAVARES - Perfeito, acho que V. Exa. colocou bem, tem toda uma questão regimental, uma questão de tempo, eu como Líder tenho um determinado tempo para colocar aqui as minhas razões.

Então, acho que ficaria muito a critério, e aí é aquilo que colocamos, de acordo com o interesse que cada um aqui representa se concede ou não o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Manfrinato) - V. Exa. já está consumindo o um minuto que lhe cedemos e consulto V. Exa. se vai conceder o aparte, ou a Presidência vai ter que ceder o pedido pela ordem.

O SR. JOSÉ TAVARES - Bom, se V. Exa. vai ter que me interromper evidentemente que vou conceder o aparte ao Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - A questão é dirigida à Mesa, Sr. Presidente, é questão de ordem. A Liderança do Governo, existe alguma excepcionalidade de horário para ela, ou todas as Lideranças têm sete minutos e meio para falar?

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Manfrinato) - A Presidência comunica Vossa Excelência que tivemos uma ética com Vossa Excelência e todas as Lideranças que aqui assumiram, sempre tiveram privilégio evidente pelos apartes dos companheiros, não só o Partido em que o Líder representa, mas de outros Partidos.

Isso é uma questão de consideração pela Casa, e até essa Presidência reconhece o mérito de assumir também como Líder do Governo. E espero que V. Exa. seja compreensível nesse caso.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, não tenho nada contra, muito pelo contrário, acho o Deputado Tavares competente a assumir tal função porque é bom de debate. Só questiono Sr. Presidente porque ele entrou no ramo agora para responder aquilo que usei na Tribuna que foi acusar o Secretário Romanelli...

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Manfrinato) - V. Exa. está fugindo da questão de ordem e asseguro a palavra ao Deputado José Tavares.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Já está falando há vinte minutos.

O SR. JOSÉ TAVARES - Agradeço Sr. Presidente, a compreensão de V. Exa. e a generosidade dos meus Pares que me permitem, talvez porque é o dia em que estou anunciando à Casa minha ascensão a condição de Líder do Governo e que por isso extrapole em alguns minutos o horário que me é concedido. Para justificar, Senhor Presidente, este lamentável episódio, porque da maneira como ele aqui foi colocado dá impressão, Senhor Presidente, que ele se reveste de alguma forma de moralidade, quando na realidade o que aconteceu foi uma triste fatalidade e que poderia, e pode, e poderá acontecer com qualquer um de nós enquanto Parlamentares.

Sei, por informações absolutamente corretas, que o ex-Secretário Romanelli estava numa carona, pegando uma carona com a sua ex-diretora técnica da Secretaria da Companhia de Habitação do Paraná. Que mal, que crime Sua Excelência cometeu? Tanto é verdade que o seu veículo estava na frente sendo conduzido pelo chefe de gabinete da COHAPAR, mas o seu veículo particular, dele, ex-Secretário Romanelli.

Portanto, acho que isso não é motivo, com toda franqueza, para nós polemizarmos em torno dele. Na realidade, foi uma fatalidade que nós lamentamos, nós queremos inclusive nos somar às manifestações de pesar pelas pessoas que faleceram nesse lamentável episódio, e dizer que tem sido uma prática neste Estado, tem sido uma prática constante um Parlamentar num determinado compromisso, como era o caso, uma inauguração de um conjunto habitacional, acompanhar a autoridade que vai presidir aquela solenidade. Não há nada de imoral nisso, porque todos os dias, para não dizer todos os finais de semana, qualquer Deputado é convidado pelas autoridades de Governo para prestigiar com a sua presença acontecimento como este que, lamentavelmente, levou a vida de três pessoas. E por fim, Senhor Presidente, eu quero dizer aos presentes, aos que compõem a nossa galeria, que a liderança do Gover-

no está inteiramente solidária com os requerimentos que o Deputado Algaci Túlio apresentou, um à Procuradoria Geral do Estado, outro à Corregedoria Geral da Justiça. Já disse a Sua Excelência que pode contar com o apoio incondicional da Liderança do Governo. Eu estou aqui no Gabinete da Liderança inteiramente à disposição, inteiramente às ordens de uma Comissão que os Senhores e Senhoras queiram formar para me somar em nome da maioria do Governo nessa Casa à luta de vocês.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Manfrinato) - Encerrada a Hora do Expediente, passamos à Ordem do Dia, antes, porém, queremos registrar a presença do Prefeito de Guaraci, José, do Vereador Dr. José, do Prefeito de Tunas do Paraná, Ademar Cordeiro.

Passamos à

ORDEM DO DIA.

Projetos necessitando de apoioamento, dos Deputados Neivo Beraldin, Algaci Túlio, Orlando Pessuti. Todos apoiados.

Sobre a mesa há um requerimento requerendo a votação em bloco para as Proposições de Veto 034/94, 048/94 e 041/94, constante da Ordem do Dia. **Aprovado.**

Para votação das proposições em bloco, os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do Veto, deverão se manifestar votando com a cédula que contém a expressão "Sim", os contrários para a manutenção do Veto deverão se manifestar utilizando para votação as cédulas que contém a expressão "Não". Após haver feito a sua opção de voto, o Deputado deverá colocar a cédula na carta rubricada e depositá-la na urna que se encontra sobre a mesa.

Solicito ao Senhor 1º Secretário que faça a chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Zuk) - (Procede a chamada nominal para votação).

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente, comunicando sua ausência na sessão plenária do dia 06 de junho do corrente, em virtude da entrega do prêmio Os Melhores do Ano na Cidade de Marechal Cândido Rondon - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoioamento. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expe-

diente. Necessita de apoioamento.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente solicitando votação em bloco para as Proposições de Veto n°s: 034/94, aposto ao Projeto de Lei n° 641/93; 040/94, aposto ao Projeto de Lei n° 039/94; 041/94, aposto ao Projeto de Lei n° 708/93, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão.- **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 034/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 641/93, autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que assegura aos ocupantes de cargos em comissão não servidores de cargos de carreira técnica ou profissional, da administração direta e autarquias, o direito à contagem recíproca para fins de aposentadoria, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT n° 061/94

Curitiba, 09 de maio de 1994.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 036/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 641/93, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo modificar a Lei n° 10.219/92, alterada pela Lei n° 10.464/93, que tratam do sistema previdenciário do Estado, para o fim de assegurar aos ocupantes de cargo em comissão, não detentores de cargo de carreira técnica ou profissional da administração direta e das autarquias, o direito à contagem recíproca do tempo de serviço para fins de aposentadoria. Visa, ainda, estender tal benefício aos professores que exerçam funções técnico-pedagógicas vinculadas à Secretaria de Estado da Educação, bem como instituir, no sistema, a figura do segurado em caráter facultativo.

O não acolhimento ao projeto de lei em referência decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade porque fere o disposto

no art. 66, inciso II, da Carta Estadual, que confere ao Chefe do Poder Executivo a competência privativa para iniciar o processo legislativo de leis que disponham sobre "servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva".

Por outro lado, inobstantemente o apontado vício de inconstitucionalidade, vale lembrar que a contagem recíproca de tempo de serviço público e o do prestado em atividades ligadas ao setor privado, vem sendo atendido plenamente por disposições da legislação federal e da estadual, que regulam especificamente o assunto.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 641/93, encontra-se publicado no D.A. n° 155/93, de 08.11.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO GOVERNAMENTAL
PROPOSIÇÃO N° 034/94

P A R E C E R:

Analisando o Veto Governamental em epígrafe, o mesmo encontra-se em plenas condições para ser apreciado pelo douto e soberano Plenário.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 31.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 040/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 039/94, autoria do Deputado Paulo Maia, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas, com sede e foro no Município de Terra Roxa. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT n° 084/94

Curitiba, 10 de maio de 1994.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 070/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 039/94, em razão do fato da En-

tidade nele mencionada já ter sido declarada de Utilidade Pública, através da Lei nº 9.428, de 7 de novembro de 1990.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 039/94, encontra-se publicado no D.A. nº 09/94, de 28.02.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 040/94 (VETO)

P A R E C E R:

O Executivo Vetou o Projeto de Lei nº 039/94, em razão de o mesmo já ter sido declarado de Utilidade Pública, através da Lei nº 9.428, de 07 de novembro de 1990, anexa.

Foram cumpridas as exigências legais, regimentais e constitucionais.

A matéria, portanto está em condições de ser apreciada pelo Plenário da Assembléia Legislativa.

Entretanto, o plano de lei perde objeto, em face da Lei 9.428, de 07 de novembro de 1990, que já disciplinou o assunto.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 31.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ALCEU SWAROWSKI - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 041/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 708/93, autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Cianorte. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT nº 085/94

Curitiba, 10 de maio de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 023/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 708/93, por julgá-lo inconstitucional, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Cianorte.

A negativa de sanção ao plano de lei em causa decorre de sua flagrante inconstitucionalidade por vício de iniciativa.

Curitiba, terça, em 07.06.94

va, eis que o art. 66, inciso IV, da Constituição Estadual atribui ao Governador do Estado competência privativa para a propositura de matérias que disponham sobre a estrutura e atribuições das Secretarias de Estado.

Por outro lado, o não acolhimento do Projeto, que de forma alguma poderá significar desatenção do Governo às questões relativas à violência contra a mulher, decorre, também, de esclarecimentos da Secretaria de Estado da Segurança Pública, através do Departamento da Polícia Civil, de que a Região de Cianorte não apresenta índice populacional, nem de criminalidade, que justifique a instalação de uma Delegacia Especializada, além do que, inexistem recursos materiais e humanos disponíveis para tal.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 708/93, encontra-se publicado no D.A. nº 169/93, de 30.11.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 041/94

P A R E C E R:

A presente Proposição veta projeto de lei que visa autorizar o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Cianorte. Veto encaminhado a este Poder através do OF/DTL/SAT nº 085/94.

Procedida a análise regimental e constitucional da presente proposição, encontramos a mesma dentro dos prazos e procedimentos exigidos.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à apreciação do duto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
EMILIA BELINATI - Relatora

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Manfrinato) - Para votação das proposições em bloco os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do Veto deverão se manifestar utilizando para votação as cédulas que contém a expressão NÃO. Após haver feito a sua opção de voto o Deputado deverá colocar a cédula na carta rubricada e depositá-la na urna que se encontra sobre a mesa.

Solicito ao Senhor 1º Secretário que faça a Chamada Nominal dos Senhores Deputados para Votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Zuk) -
 Proceder à Chamada Nominal para votação.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Manfrinato) - 39
 Senhores Deputados votaram. Gostaríamos de convidar para apuração dos votos os Deputados Djalma de Almeida César, José Arthur Ritti e Edson Lino.

Enquanto está sendo anunciada a apuração dos votos queremos registrar, por solicitação do Deputado Alceu Swarowski, e esta Casa se sente honrada com a presença do Prefeito Alceu Ricardo Swarowski e do Presidente da Câmara Municipal, Nilton Paesani, de Rio Negro.

Votaram 39 Senhores Deputados.

20 votos "SIM".

16 votos "NÃO".

Estão mantidos os vetos.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 101/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 006/93, que autoriza o Poder Executivo a baixar, por decreto, as normas necessárias à execução da proteção e defesa ao consumidor neste Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.I.C.. EMENDA DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 24/93, de 30.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA VOTO EM SEPARADO

PROJETO DE LEI Nº 101/93

P A R E C E R:

O presente Voto em Separado, incidente ao Projeto de Lei nº 101/93, de autoria do Poder Executivo, que tem por objetivo merecer a autorização deste Poder Legislativo, para que possa, por decreto, baixar normas regulamentadoras à execução da proteção e defesa do consumidor no Estado do Paraná, aplicando sanções administrativas previstas no artigo 56, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 e nos artigos 11 e 12, da Lei Delegada nº 04, de 26 de setembro de 1.962, com a alteração resultante da Lei nº 7.784, de 28 de julho de 1.989, e demais legislações pertinentes.

Em se tratando de matéria de relevante interesse público, somos de parecer de que a regulamentação apregoada, seja iniciada pelo Poder Executivo Estadual, através de Projeto de Lei e não por Decreto Governamental, para que este Poder Legislativo tome, antecipadamente, conhecimento da forma com que será regulamentada a matéria, podendo discuti-la e votá-la, após tramitação processual legislativa.

Sendo assim, em defesa das funções institucionais deste Poder Legislativo, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável à matéria, na forma da emenda substitutiva geral que se apre-

senta em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
 NELSON JUSTUS - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA INCIDENTE AO PROJETO DE LEI Nº 101/93

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a normatizar a execução da proteção e defesa do consumidor no âmbito do Estado do Paraná, regulamentando a aplicação das sanções administrativas previstas no artigo 56, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 e nos artigos 11 e 12, da Lei Delegada nº 04, de 26 de setembro de 1.962, com a alteração resultante da Lei nº 7.784, de 28 de junho de 1.989, e demais legislações pertinentes.

Parágrafo Único - As normas de que trata o "caput" deste artigo, deverão sofrer a apreciação do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
 NELSON JUSTUS - Relator

Apoiamento: Arlindo Troian, Nelson Garcia, Oswaldo Trevisan, Luiz Antonio Setti, Nilton Barbosa, Toti Colaço, Costenaro Neto, José Arthur Ritti, Colombino Grassano e Mário Bezerra.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 101/93

P A R E C E R:

Originário da Mensagem Governamental nº 06/93, o Projeto de Lei nº 101/93, ora em trâmite para exame, objetiva autorizar o Poder Executivo a baixar, por Decreto, as normas necessárias à execução da proteção e defesa do consumidor no Estado do Paraná, regulamentando a aplicação das sanções administrativas previstas no artigo 55, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e nos artigos 11 e 12, da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, com a alteração resultante da Lei Federal nº 7.784, de 28 de junho de 1989, e demais atos da Legislação Pertinente.

A matéria, na douta Comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer favorável, na forma da Emenda Substitutiva Geral apresentada, através do voto em separado ao parecer do relator daquela Comissão, Deputado Arlindo Troian.

Tais fatos, e a alta relevância social do presente plano de lei, levam este relator a emitir o seu parecer favorável, nos moldes do Substitutivo Geral apresentado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.05.93
(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

Aprovado.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Peço desculpas a V. Exa., mas gostaria de uma informação da Mesa. O item 4 que V. Exa. proclamou o resultado, tem duas informações: com pareceres favoráveis da C.C.J. e emenda da C.C.J.. Encaminhamos, se V. Exa. permite, a aprovação do projeto como veio do Executivo, sem emenda, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Manfrinato) - Esta Presidência comunica a V. Exa. que as emendas só serão e poderão ser apreciadas quando estiverem no processo de 2.^a votação e se encontra em 1.^a votação.

ITEM 05

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 414/93, de autoria do Deputado João Preis, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa "Mutirão Contra a Fome", no Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.O.P.T.C., C.A.I.C., C.E.C.E. E C.S.P.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 111 de 17.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 414/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado João Preis, o Projeto de Lei n° 414/93, ora sendo examinado por este relator, visa autorizar o Poder Executivo a instituir o Programa "Mutirão Contra a Fome", no Estado do Paraná, e dá outras providências.

Do exame proferido, nada foi encontrado, tanto no aspecto legal, regimental ou constitucional, que pudesse impedir a normal tramitação do plano de Lei ora em pauta.

Além do acima exposto, e mais o caráter meramente autorizatório do projeto, este relator emite o seu parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.09.93
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 414/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado João Preis chega a esta Comissão, o projeto de lei em epígrafe que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa "Mutirão Contra a Fome", no Estado do Paraná e dá outras providências.

O presente, tendo sido submetido à

Curitiba, terça, em 07.06.94

apreciação da Comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, o presente não apresenta qualquer óbice quanto a sua aprovação.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à apreciação e posterior aprovação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.93
(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 414/93

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão o Projeto de Lei n° 414/93, de autoria do nobre Deputado João Preis, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Mutirão Contra a Fome no Estado do Paraná e dá outras providências.

Nas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, o referido Projeto obteve pareceres favoráveis.

No âmbito desta Comissão, opina-se que não há óbice à sua aprovação, sendo o seu conteúdo meritório e de relevante interesse público.

Assim sendo, opinamos seja o projeto de lei em tela apreciado e aprovado em Plenário.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 07.12.93
(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO

PROJETO DE LEI N° 414/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado João Preis, o projeto de lei em exame, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a instituir o Programa "Mutirão Contra a Fome" no Estado do Paraná e dá outras providências.

Em nossa análise, verificamos tratar-se de proposta de relevante interesse social, ressaltando a preocupação do autor em dirimir os problemas relacionados com a falta de alimentação, às famílias carentes em nosso Estado.

Neste sentido, manifestamos nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.03.94
(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente
NEREU ALVES DE MOURA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI N° 414/93

P A R E C E R:

Da lavra do ilustre Deputado João Preis, versa sobre a autorização que seria concedida ao Poder Executivo a instituir o Programa "Mutirão Contra a Fome", no Estado do Paraná.

Na análise da proposição, abstrai-se profundo interesse social da mesma, não se encontrando no âmbito desta Comissão temática, nada que obste seu prosseguimento.

Face o acima exposto, é que se opina favoravelmente ao projeto de lei ora em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.05.94

(aa) EMILIA BELINATI - Presidente
CLEITON KIELSE - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE

PROJETO DE LEI N° 414/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado João Preis, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa "Mutirão Contra a Fome", no Estado do Paraná, e dá outras providências.

O presente recebeu pareceres favoráveis nas diversas Comissões temáticas por onde passou.

Dentro dos limites regimentais desta Comissão, o mesmo não incorre em qualquer óbice para sua aprovação, pelo contrário, irá contribuir grandemente para reduzir os níveis de mortalidade das populações carentes do Estado.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à aprovação do presente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.05.94

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 06

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 040/94, de autoria do Deputado Elio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança de São José das Palmeiras, com sede e foro na Cidade de São José das Palmeiras. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 09 de 28.02.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 040/94

P A R E C E R:

Analisando o projeto de lei em epígrafe, o mesmo atende o disposto na Lei n° 6.994, de 10.01.78, que dispõe sobre as normas para declaração de Utilidade Pública Estadual.

Desta forma não encontramos qualquer óbice para sua normal tramitação até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de

Constituição e Justiça o parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.05.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 07

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 061/94, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de proteção de chumbo em pessoas submetidas a exame de Raio-X, bem como a fixação de cartazes. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. E C.A.I.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 17 de 14.03.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 061/94

P A R E C E R:

Sob a análise da Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Lei n° 061/94, de autoria do nobre Deputado Luiz Antonio Setti, objetiva dispor a obrigatoriedade do uso de proteção de chumbo em pessoas submetidas a exames de Raio-X, bem como a fixação de cartazes. Verificados os aspectos legal, constitucional e regimental, não foi encontrado nada que obste a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Portanto a C.C.J. é de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.04.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI N° 061/94

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de proteção de chumbo em pessoas submetidas a exame de Raio-X e manda fixar cartazes em locais onde possam ser vistos facilmente, expondo as razões da medida.

Foi o mesmo analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, merecendo desta parecer favorável em relação à sua legalidade e constitucionalidade.

No mesmo sentido, foi o parecer dado pela Comissão de Saúde Pública que acrescentou Emenda ao artigo 1° no tópico sobre cartazes, dizendo que devem ser claros, objetivos e concisos, relevando o perigo à exposição do Raio-X e estabelecendo a interdição imediata pela Secretaria de Estado da Saúde Pública no caso de infração dos dispositivos presentes, legitimando a qualquer do povo a fazer a devida denúncia.

No que compete a esta Comissão opinar,

nada encontra que possa obstar regimentalmente a tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa. Sendo seu parecer favorável ao projeto na forma da Emenda apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.05.94.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 061/94

P A R E C E R:

A proposição em epígrafe, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de proteção a base de chumbo em pessoas submetidas a exames de Raio-X, bem como a fixação de cartazes sobre o perigo da exposição.

A iniciativa do Parlamentar, embora elogiável sua preocupação, já é regulada por norma federal, através da Resolução n° 06/73 do Conselho Nacional de Energia Nuclear - CNEN - em todo território brasileiro. Todavia, esta norma federal não obriga a fixação de cartazes ou qualquer outra forma de publicidade dispondo sobre a nocividade à saúde de carga radiológica, se excessiva, ou mesmo pequena, porém frequente, pode ocasionar a esterilidade e/ou câncer no receptor do Raio-X, bem como aos que manejam com os aparelhos. De forma que, pelo menos os órgãos nobres do ser humano, como o reprodutor, o pulmonar, o cardial, estomacal, devem ser protegidos da radiação.

Por outro lado, a observância da lei, está diretamente ligada a uma fiscalização eficiente e a uma sanção pelo descumprimento. Portanto, faz-se necessário uma complementação ao projeto em exame, pelo que apresentamos a emenda anexa, e com esta emitimos parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.04.94.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente
DOUTOR ROSINHA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
EMENDA ADITIVA
PROJETO DE LEI N° 061/94

P A R E C E R:

Acrescente-se à proposição supra, integrando o art. 1°, os seguintes parágrafos:

§ 1° - As razões pertinentes aos cartazes, conforme referência ao final do "caput" deste artigo, devem ser dispostas de forma clara, objetiva e concisa, revelando sobre o perigo à exposição do Raio-X, de acordo com frequência, carga, idade e sexo.

§ 2° - A não observância dos dispositivos acima, que incluem também a proteção do técnico do Raio-X, ou qualquer pessoa exposta à radiação, sujeita a imediata in-

Curitiba, terça, em 07.06.94

terdição do local pela Secretaria de Estado da Saúde Pública.

§ 3° - Caso a fiscalização não tenha observado a infração, qualquer do povo pode denunciá-la à Secretaria Estadual de Saúde ou ainda à representação do CNEN - Conselho Nacional de Energia Nuclear.

Sala das Comissões, em 19.04.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

ITEM 08

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 114/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 027/94, que autoriza o Poder Executivo a participar por intermédio da COPEL da constituição de empresa para a distribuição de gás canalizado. COM PARECERES da C.C.J., C.A.I.C. e C.E.M.A.. (Publ. no D.A n° 31, de 30.03.94, Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 114/94

P A R E C E R:

A proposição supra, oriunda da Mensagem Governamental sob n° 027/94, visa autorizar o Poder Executivo a participar, através da COPEL, de uma sociedade de economia mista a ser denominada COPAGÁS.

A matéria está em consonância com a Constituição Estadual em seu art. 9°, e com a Federal, art. 25 § 2°, além da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, art. 24, inciso VIII. A dispensa da licitação é plenamente justificada pela constituição de uma única companhia - COPAGÁS - que tem como principal objetivo, além da exploração, a distribuição de gás, como dispõe o art. 3° do projeto, sob respaldo do art. 9° da Carta Estadual.

Logo, a proposição merece parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ERNANI PUDELL - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI N° 114/94

P A R E C E R:

A matéria ora em análise por esta Comissão Técnica, versa sobre o Projeto de Lei n° 114/94, oriundo da Mensagem Governamental n° 027/94, que objetiva autorizar o Poder Executivo a participar, através da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, da constituição de uma sociedade de economia mista, denominada COPAGÁS - Companhia Paranaense de Gás.

No âmbito desta comissão, conforme o art. 33, § 5°, do Regimento Interno, inexistente qualquer impedimento para que o presente plano de lei mereça a aprovação dos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é fa-

favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.94.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI N° 114/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n° 027/94, objetiva autorizar o Poder Executivo, a participar, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, da constituição de uma sociedade de economia mista que será denominada de Companhia Paranaense de Gás - COPAGÁS.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Agricultura, Indústria e Comércio.

No âmbito desta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, entendemos não existir nenhum impedimento, para que o presente projeto, seja encaminhado aos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.06.94.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente
ALGACI TÚLIO - Relator

Em discussão, em votação.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - (Para Encaminhar).

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Os jornais de hoje publicaram a preocupação do Senhor Presidente da COPEL com referência à constituição da Companhia Paranaense de Gás, já que o Governo Federal está insistindo junto aos Estados do Sul para que constituam as comissões encarregadas para a exploração do gás produzido nas suas respectivas regiões.

Contudo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, apesar de a Comissão de Constituição e Justiça ter apresentado um parecer favorável através do Deputado Ernani Pudell, quero, nesta oportunidade, solicitar a melhor atenção dos Senhores Deputados para esta mensagem governamental que não atende ao que preceitua o art. 146 da Constituição do Estado do Paraná que exige, para projetos desta natureza, o rito de lei complementar.

Tenho mais de uma vez usado a tribuna para dizer aos Senhores Deputados, para inquirir a Mesa Diretora dos trabalhos sobre o tipo de projeto de lei que deve ser analisado. Infelizmente, numa das últimas Sessões, o Senhor Presidente despachando uma Questão de Ordem por mim levantada, disse que cabia ao Departamento Le-

gislativo desta Assembléia, a determinação do caráter do Projeto de Lei Ordinária e em Lei Complementar.

Nesse caso, Senhor Presidente, quando o Governo do Estado solicita a criação da Cia. Paranaense de Gás por intermédio da Cia. Paranaense de Energia Elétrica - a COPEL

1 - Temos que para tanto, Senhor Presidente, os artigos "1° e 2° e seus parágrafos, como o 4° e 5° do projeto em exame estão em harmonia com as disposições contidas nos artigos 25, parágrafo 2° e art. 9°, das Constituições Federal e Estadual, respectivamente, que dizem:

"Cabe ao Estado explorar, diretamente ou mediante concessão a empresa estatal, com exclusividade de distribuição, os serviços de gás canalizado em todo o seu território, incluindo o fornecimento direto a partir de gasodutos de transporte, de forma a atender a demanda".

Tal previsão constitucional atribui ao Estado o monopólio natural da exploração de distribuição dos serviços de gás canalizado em todo seu território.

2 - Ocorre que disposto isso o projeto tem inserido no seu corpo um artigo 3° e parágrafos que outorgam à COPAGÁS, "a concessão para explorar os serviços de gás canalizado em todo o território do Estado do Paraná, com exclusividade de distribuição, pelo prazo de 30 (trinta) anos".

Além disso, em seu parágrafo 1° mantêm em vigor o disposto no Decreto n° 4.695, de 20/01/89.

O artigo 146 da Constituição do Estado do Paraná, em consonância com a Carta Nacional, determina que os serviços públicos sejam prestados diretamente pelo poder público ou sob o regime de concessão ou permissão, e, nestas hipóteses, sempre através de licitação. Transcreve-se:

"Art. 146 - Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos."

3 - A norma constitucional, veja-se, prevê lei complementar para disciplinar a prestação dos serviços públicos de competência do Estado. É o que consta do § 1° desse Artigo 146:

"§ 1° - Lei Complementar disporá sobre:

- I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato, de sua renovação e prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;
- II - os direitos dos usuários;
- III - a política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviço adequado."

São essas as diretrizes gerais para os serviços públicos contidos no art. 146 da Carta Estadual.

4 - Esse conceito de monopólio natural, evidentemente, não pode ficar isolado de outras variáveis essenciais, como o grau de desenvolvimento tecnológico que abrange os setores de produção desses serviços públicos.

É exemplo atual disso o grau de desenvolvimento apresentado nos setores da telefonia, geração de energia elétrica e tantos outros, que por vezes descaracteriza a existência dos monopólios naturais.

5 - Inobstante isso, não se há de fugir que a norma de eficácia limitada contida no art. 146, não produz todos os seus efeitos essenciais, posto que o constituinte reservou, por qualquer motivo, as suas regras a matéria infra constitucional.

Por isso a fórmula empregada:

"§ 1º - Lei Complementar disporá"

Bastaria isso para invalidar matéria que se pretende legislar por lei ordinária.

Além do mais, absurdamente, a lei mantém em vigor o Decreto nº 4.695/89, que não mais existe, porque não foi recepcionado pela Constituição vigente e com ela se conflita.

Mesmo que se pudesse dar vida ao Decreto ainda assim não teria ele foros de legitimidade e constitucionalidade, porque a relação que se estabelece na hipótese, é entre a lei como fonte primária e o decreto como fonte secundária."

Essas condições, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Líder do Governo, seria mais prudente que essa Liderança requeresse à Presidência da Assembléia Legislativa o adiamento desse projeto, dessa Mensagem Governamental pelo número de Sessões que julgar conveniente, para que a Liderança do Governo fizesse melhor análise, aprofundasse neste estudo. Não somos contrários à criação da Companhia Paranaense de Gás, mas somos favoráveis à elaboração de uma lei que amanhã não venha a ser objeto de qualquer arguição de inconstitucionalidade por qualquer pessoa como faculta a nossa Constituição.

Agindo dessa forma, creio que a Liderança do Governo poderia - reexaminando essa Mensagem Governamental, através de um estudo mais apurado - chegaríamos à conclusão definitiva de que através de uma lei complementar, votaríamos com urgência esta matéria e daríamos à própria Mensagem Governamental aquele sentido constitucional que ela tanto reclama e que necessita,

e que nas condições atuais está conflitando com a Constituição, e citando até mesmo um decreto que não mais existe.

Era o que tinha neste encaminhamento, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Manfrinato) - Continua em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, como é do conhecimento da Casa, estamos assumindo efetivamente a Liderança a partir de hoje.

Como a Casa também conhece - não é segredo para ninguém - as matérias entram na Ordem do Dia por decisão única e exclusiva, pela liberalidade da Mesa Executiva. E muitas vezes, neste período que respondia interinamente pela Liderança, pude perceber - e agora mais do que nunca percebo - que não tem sido possível à Liderança, aos Parlamentares como um todo, fazer uma análise mais aprofundada a respeito desta ou daquela matéria.

Por esta razão entendíamos que, dada a relevância do assunto, deveríamos deixar passar em primeira discussão, até porque essa questão da constitucionalidade é muito discutível. Confesso a Vossa Excelência, ao eminente Deputado Colombino Grassano - com quem conversamos pela manhã a respeito da matéria, por telefone, e em cuja oportunidade tomei conhecimento de que ela figuraria na Ordem do Dia - que não tenho ainda um juízo, um juízo de mérito a respeito dessa questão.

Tenho ainda algumas dúvidas. Se o problema da inconstitucionalidade existe, se não existe, a partir do momento que o artigo 146 fala em concessão, em permissão e aí de repente dá-se a impressão, dá-se a entender que o legislador quis se referir à questão de permitir, de colocar à disposição da iniciativa privada a exploração de um serviço desta natureza; ou se por outro lado em sendo o próprio Estado, através da COPEL ou agente, dirigente dessa nova empresa, se essa questão não estaria praticamente resolvida.

Em se tratando portanto, de uma questão que ainda a Liderança não formou um juízo definitivo a respeito do mérito da matéria no que diz respeito à questão da constitucionalidade, quero, Senhor Presidente, formular à Mesa um apelo, um requerimento - se Vossa Excelência assim entender - na direção de acatar a sugestão do Deputado Colombino Grassano para retirarmos por três Sessões, esta matéria para que com um pouco mais de calma, com um pouco mais de cuidado, um pouco mais de tempo possamos inclusive sentar junto com V. Exa. e com os técnicos do Governo, da COPEL, firmarmos num juízo de valor, de mérito; numa avaliação constitucional mais

adequada a respeito de um assunto dessa natureza.

Sem dúvida não se discute a importância, a relevância da matéria, em se tratando exatamente da sua relevância é que entendemos que devemos ter um pouquinho mais de tempo para nos debruçarmos, refletirmos sobre este Projeto; e aí sim, quando ele voltar à Ordem do Dia, poderemos então proferir o nosso voto devidamente embasado, com fundamentação, com condições de se saber que o que estamos fazendo é o melhor para o Estado do Paraná.

Não tenho dúvidas de que o mérito Sr. Presidente, o mérito quanto aos objetivos do Projeto é o melhor possível, não tenho dúvida nenhuma disso porque venho acompanhando essa questão já de algum tempo, até pela própria imprensa. Mas não tenho ainda firmado um juízo como advogado, como estudioso do direito, como constituinte federal não tenho ainda, não tive tempo evidentemente de formar um juízo a respeito dessa questão.

Por isso, Deputado Colombino Grassano, que formulo esse requerimento, para que a gente possa não postergar indefinidamente a análise dessa matéria, mas ter um pouco mais de tempo para analisarmos essa questão e daí sim proferirmos o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Manfrinato) - Essa Presidência acata a decisão de Vossas Excelências e coloca em votação o requerimento solicitado por V. Exa., e aguarda o mesmo na mesa. Está em votação o Requerimento, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando a retirada ao Projeto de Lei nº 114/94, da Ordem do Dia de hoje, por três (03) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 114/94 por três (03) Sessões.

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/94, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Lar Santo Antônio, localizado no Município de Cambé, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 64, 24.05.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 185/94

P A R E C E R:

O plano de lei, em espécie, pretende seja declarado de Utilidade Pública, o Lar Santo Antonio, do Município de Cambé - PR.

Os documentos acostados comprovam, que o Lar Santo Antonio, é uma sociedade civil sem fins lucrativos e os membros da diretoria não são remunerados. Cumpre a entidade beneficiada, os requisitos exigidos pela Lei nº 6994, de 10 de janeiro

de 1978, sobretudo, o artigo 1º, incisos I, II, III e IV.

Inexistentes quaisquer óbices constitucionais, legais ou regimentais, somos pela aprovação.

É o parecer s.m.j..

Sala das Comissões, em 31.05.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

ITEM 10

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/94, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti, Anibal Khury e Dirceu Manfrinato, que concede o Título de Cidadão Honorário "Post Mortem" do Paraná ao Piloto Ayrton Senna da Silva. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 65, de 25.05.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 189/94

P A R E C E R:

Analisando o projeto de lei em epígrafe, no que diz respeito a todos os seus aspectos, não encontramos qualquer óbice que impeça sua normal tramitação regimental até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável.

Sala das Sessões, em 31.05.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Manfrinato) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1379, de autoria do Sr. Deputado Luiz Antonio Setti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1384, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1385 a 1387 e 1418 e 1421, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1388 a 1393 e 1402, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1394, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1395, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1396 e 1397, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1398, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1399, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1401, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1403, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1404, de autoria do Sr. João Preis, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1405 e 1406, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1407, de autoria do Sr. Deputado Severino Félix, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1408 e 1409, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Manfrinato) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos n°s 1414 a 1417, 1431 e 1432, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1422, de autoria dos Srs. Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1426 e 1430, de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1427 e 1428, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1429, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1423 a 1425, de au-

toria do Senhor Deputado Arlindo Troian, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOSÉ TAVARES - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Senhor Presidente, gostaria também de comunicar à Casa que amanhã, às 09:30 da manhã, estaremos recebendo aqui na Sala das Comissões um representante da OAB, um representante do Ministério Público do Paraná e um representante do Poder Judiciário do nosso Estado para discutirmos, com base numa proposição de nossa autoria pedindo a constituição de uma comissão especial, um projeto que o Poder Judiciário encaminhou à Casa já há algum tempo que visa a criar, no âmbito do nosso território, o Juizado Especial de Pequenas Causas para as infrações penais de pequeno teor ofensivo.

Trata-se de uma matéria da maior relevância.

Da Comissão fazem parte, além desse Deputado, os Deputados Toti Colaço e Ernani Pudell, a quem reitero neste momento o convite, bem como, pela relevância da matéria, Sr. Presidente, já que trata de um assunto que vem, se aprovado por esta Casa, desafogar em definitivo a Justiça de primeiro grau em nosso Estado.

Formulo um convite a todos os Deputados que têm interesse em discutir esta questão que compareçam; será um motivo de honra para todos nós, amanhã na Sala das Comissões, quando este assunto será exaustivamente debatido, para a partir daí, incluiremos na Ordem do Dia para o Plenário poder avaliar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Manfrinato) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 08, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 101, 414/93 e 040, 061, 185, 189/94.

Marca ainda uma Sessão Solene de outorga de Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Nagib Chede, a realizar-se quarta-feira, dia 08, às 16:30 horas.

Levanta-se a sessão.